



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

EXERCÍCIO 2024

PROCESSO LICITATÓRIO N° 018/2024

CHAMAMENTO PÚBLICO N° 007/2024

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

5.1.3.10.302.9003.2.903.3.3.90.39.00.00 Ficha 55

5.1.4.10.302.9004.2.910.3.3.90.39.00.00 Ficha 81

5.1.5.10.302.9005.2.911.3.3.90.39.00.00 Ficha 103

SÍNTESE DO OBJETO: Chamamento Público, objetivando contratação de pessoa jurídica especializadas na realização de cursos e capacitações para profissionais de estabelecimentos de saúde, em atendimento a demanda do CISALP, entes consorciados e clínicas médicas especializadas geridas pelo consórcio.

AUTUAÇÃO

Aos 20 dias do mês de maio de 2024, neste Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Alto Paranaíba – CISALP autuei a autorização e demais documentos que seguem.

Agente de Contratação do CISALP





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

EDITAL

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 018/2024
CHAMAMENTO PÚBLICO N° 007/2024**

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Alto Paranaíba – CISALP, através da Comissão Permanente de Licitação, divulga para conhecimento do público e interessados, que está procedendo ao **Chamamento Público**, objetivando contratação de pessoa jurídica especializadas na realização de cursos e capacitações para profissionais de estabelecimentos de saúde, em atendimento a demanda do CISALP, entes consorciados e clínicas médicas especializadas geridas pelo consórcio, com base no artigo 79, I “caput”, da lei 14.133/21, a partir de **24 de junho de 2024, no horário das 08:00 às 16:00 horas, na sede do CISALP**, com endereço na Rua Osvaldo Avelar, n° 182, bairro Novo Horizonte, na cidade de Lagoa Formosa/MG, CEP 38.720-000, **permanecendo em aberto, por um período de 12 (doze) meses, após publicado**, segundo as condições estabelecidas no presente edital, nos seus anexos e na Minuta do Contrato, cujos termos o integram.

INTEGRAM O PRESENTE EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:

Anexo I: Termo de Inscrição para credenciamento;

Anexo II: Declaração de concordância com o edital;

Anexo III: Declaração de disponibilidade, aptidão e capacidade para atendimento;

Anexo IV: Modelo de Declaração de que não emprega menores;

Anexo V: Relação de itens com preço (s) de referência para contratação;

Anexo VI: Declaração de Dados Bancários;

Anexo VII: Declaração Simples Nacional;

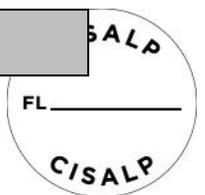
Anexo VIII: Estudo Técnico Preliminar – ETP;

Anexo IX: Termo de Referência – TR;

Anexo X: Formulário de Requerimento de Prestação de Serviços;

Anexo XI: Minuta de Contrato;

1. DO OBJETO





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

1.1. Chamamento Público, objetivando contratação de pessoa jurídica especializadas na realização de cursos e capacitações para profissionais de estabelecimentos de saúde, em atendimento a demanda do CISALP, entes consorciados e clínicas médicas especializadas geridas pelo consórcio.

2. DO PRAZO E LOCAL DE CREDENCIAMENTO

2.1. O credenciamento ocorrerá **a partir de 24 de junho de 2024 no horário das 08:00 às 16:00 horas, na sede do CISALP**, com endereço na Rua Osvaldo Avelar nº 182, bairro Novo Horizonte, na cidade de Lagoa Formosa/MG, CEP 38.720-000, **permanecendo em aberto, por um período de 12 (doze) meses a partir, após publicado, podendo ser prorrogado de acordo com a lei 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações**, segundo as condições estabelecidas no presente edital, nos seus anexos e na Minuta do Contrato, cujos termos o integram.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O (s) interessado (s) deverá (ão) apresentar, para credenciamento, a relação de prestação de serviços, juntamente com a documentação exigida para habilitação, no prazo e local constantes do item 2 deste edital, em conformidade com os seguintes requisitos:

3.2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

3.2.1. Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados em originais, ou publicação em órgão oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou por servidor do CISALP, mediante apresentação de cópias acompanhadas dos originais.

3.2.2. As certidões exigidas deverão estar dentro do prazo de validade, ou na falta da indicação deste, deverão ser acompanhadas de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão.

3.2.3. Produzirão os mesmos efeitos para os fins deste edital as certidões negativas de débito (CND) e as certidões positivas com efeito de negativas (CPD-EN).

3.2.4. A documentação exigida será vistoriada pela comissão permanente de licitações e contratos, ou órgão correspondente.



3.2.5. Não poderão participar do credenciamento, aqueles que não apresentarem a documentação constante dos itens 3.3.

3.3. DOCUMENTOS PESSOA JURÍDICA

3.3.1. DECLARAÇÕES QUE A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR

- a) Termo de Inscrição para credenciamento (Anexo I);
- b) Declaração de concordância com o edital assinado por Diretor Administrativo, ou cargo equivalente (Anexo II);
- c) Declaração de disponibilidade, aptidão e capacidade de atendimentos compatíveis com o objeto do credenciamento quantitativo à disposição e horários (Anexo III);
- d) Declaração de que não emprega menores, conforme disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, na forma do Decreto nº 4.358/2002 (Anexo IV);
- e) **Relação de itens com preços (s) de referência para credenciamento Anexo V. (Neste anexo a empresa deverá colocar somente os itens para os quais irá credenciar os serviços);**
- f) Declaração dados bancários (Anexo VI).
- g) Declaração Simples Nacional (Anexo VII).

3.3.2. CERTIDÕES QUE A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR

3.3.2.1. Registro Comercial no caso de empresa individual;

3.3.2.2. Ato constitutivo, estatuto, ou contrato social e último aditivo contratual, que contenha as alterações em vigor, devidamente registrados, em que se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de seus administradores;

3.3.2.3. Decreto de autorização de funcionamento, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente;

3.3.2.4. Documento comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.3.2.5. Documentos dos sócios administradores, ou cargo equivalente;

3.3.2.6. Procuração com poderes específicos para representação perante a Comissão de Licitação, conforme o caso;

3.3.2.7. Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio do interessado licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, cuja prova dar-se-á pela apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

3.3.2.8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) comprovando a inexistência de débito junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ou documento equivalente que comprove regularidade;
- b) Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade;
- c) Certidão de Falência e Concordata.

3.3.2.9. Alvará de Localização e Funcionamento e da Vigilância Sanitária, segundo a legislação vigente, quando o couber.

3.4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

3.4.1. Além da documentação exigida para a habilitação, os licitantes deverão apresentar, ainda, em envelope lacrado, a **relação de itens com preço (s) de referência para credenciamento Anexo V. (Neste anexo a empresa deverá colocar somente os itens para os quais irá credenciar os serviços).**

3.4.2. Após o prazo final para credenciamento será publicada a lista dos credenciados na sede do CISALP.

3.5. DOS IMPEDIMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO

3.5.1. É vedado o credenciamento nos termos deste edital, nos seguintes casos:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

- a) Para profissionais que forem servidores públicos em exercício de cargo em comissão, ou função gratificada;
- b) Para pessoas jurídicas que não cumpram as exigências deste edital.

4. DO PROCEDIMENTO

- 4.1. O recebimento dos envelopes de habilitação e credenciamento terá início na data estipulada neste edital, na sede do CISALP, com endereço na Rua Osvaldo Avelar, nº 182, bairro Novo Horizonte, na cidade de Lagoa Formosa/MG.
- 4.2. A Comissão de Licitação poderá convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos, porventura necessários.
- 4.3. Após a análise, a Comissão, com base no parecer dos técnicos da Secretaria Executiva decidirá pela Aceitação ou Recusa do Credenciamento.
- 4.4. A recusa será sempre baseada no não cumprimento de quesitos estabelecidos por este Edital.
- 4.5. Serão credenciadas todas as empresas que satisfizerem as exigências contidas neste edital.

5. DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1. As condições de valor e forma de pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

6. DAS RETENÇÕES FISCAIS

- 6.1. DO IMPOSTO DE RENDA: Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução nº 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.
- 6.2. DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL: Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.



6.3. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO) - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

6.4. A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

7. DO REAJUSTE

7.1. Para ocasião do Processo Licitatório em questão, os valores elencados se referem a realização, pelo CISALP, de pesquisa de mercado para obter valores adequados, considerando o menor valor, conforme estabelecido no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela CONTRATADA, esta deverá comprovar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do fornecimento, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos seguindo a mesma metodologia da composição da proposta e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc), que comprovem que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente avençadas.

7.3. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo CISALP e/ou municípios consorciados, deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo ao erário público.

7.4. Fica facultado ao CISALP realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

7.5. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica do CISALP.

7.6. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços acordados no presente instrumento.

7.7. Os valores a serem pagos pela execução do objeto do credenciamento serão fixos e irreajustáveis, ressalvada a hipótese de alteração de preços da tabela do CISALP sofrer reajuste, conforme deliberação do Conselho de Secretários, Assembleia Geral, Legislação Vigente e normas descritas no item 7.

8. DO CONTRATO

8.1. Será firmado o Termo de Contrato com validade de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos das alíneas “f” e “g” do inciso IV e nos incisos V, VI, XII e XVI do caput do art. 75 da Lei 14.133/21 até o limite de 120 (cento e vinte) meses tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.

9. PENALIDADES E SANÇÕES

9.1. O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação de serviço, por parte do CONTRATADO, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Termo de Contrato, para cada notificação formalizada a este, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei.

9.1.2 A aplicação da multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente três vezes, sendo que a notificação seguinte ensejará a rescisão contratual e aplicação das demais sanções previstas.

9.1.3. O CONTRATADO ficará sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, nos casos não previstos no Edital.

9.2.1. Verificada uma das hipóteses previstas nos sub-itens anteriores, o CISALP poderá optar pela convocação dos demais contratados, se houver.

9.2.2. Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado o CISALP poderá, garantida a prévia defesa do contratado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste Termo de Contrato juntamente com as seguintes sanções.

a) Advertência.

b) Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.



c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.

9.2.3. As sanções previstas na alínea “C”, do sub-item 9.2.2, são de competência exclusiva do Presidente do CISALP, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias a contar da abertura das vistas.

10. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

10.1. As impugnações ao presente edital convocatório deverão ser dirigidas à Comissão de Licitação do CISALP, até 2 (dois) dias úteis antes da primeira data fixada para a abertura dos envelopes de credenciamento.

10.2. Os recursos referentes às decisões relativas ao processo de credenciamento, poderão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do dia, subsequente à intimação dos atos. A petição devidamente fundamentada deverá ser dirigida à Comissão de Licitação do CISALP.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As dotações orçamentárias são as estabelecidas no Termo de Referência.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Faz parte integrante deste edital o Anexo XI – Minuta do Contrato.

12.2. Fica eleito o foro da Comarca de Patos de Minas/MG, para solucionar quaisquer questões oriundas deste edital.

12.3. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a este credenciamento, serão prestados pelo telefone (34)3824-1710, ou ainda pelo e-mail credenciamentos@cisalp.mg.gov.br





Lagoa Formosa, 20 de maio de 2024

César Caetano de Almeida Filho
Presidente do CISALP





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

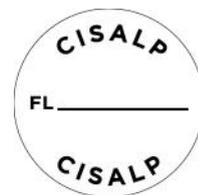
ANEXO I

**TERMO DE INSCRIÇÃO PARA CREDENCIAMENTO NO PROCESSO LICITATÓRIO N° 018/2024,
CHAMAMENTO PÚBLICO N° 007/2024**

DADOS DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE	
01. NOME DA EMPRESA	02. CPF/CNPJ
03. ENDEREÇO	04. BAIRRO
05. CIDADE/UF	06. CEP
07. TELEFONES	08. E-MAIL
DADOS DO DIRIGENTE/PROFISSIONAL RESPONSÁVEL	
09. NOME DO DIRIGENTE/PROFISSIONAL RESPONSÁVEL	10. RG
11. CPF	12. OUTRO
13. ENDEREÇO	14. BAIRRO
15. CIDADE/UF	16. CEP
17. TELEFONES	18. E-MAIL

Lagoa Formosa, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Licitante





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

ANEXO II

**DECLARAÇÃO CONCORDÂNCIA COM EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 018/2024,
CHAMAMENTO PÚBLICO N° 007/2024**

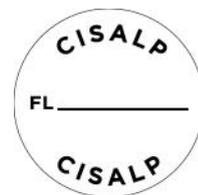
**À
COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CISALP,**

O licitante (pessoa física/jurídica) (*****), inscrito no CPF/CNPJ (*****), por intermédio do seu representante, (*****), portador da identidade (*****) e do CPF (*****), declara para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório em epígrafe, sob a modalidade Chamamento Público 006/2024, instaurado pelo CISALP, que estamos de acordo com todas as disposições do referido edital.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Lagoa Formosa, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Licitante





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE, APTIDÃO E CAPACIDADE PARA ATENDIMENTO

À

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CISALP

Declaramos sob as penas da lei e para fins de direito, na qualidade de licitante, do Processo Licitatório nº 018/2024, Chamamento Público nº 007/2024, em cumprimento ao instrumento convocatório, que o(s) profissional(is) integrante(s) da Equipe Técnica indicado(s) para este certame possui(em) vínculo com nossa empresa, e que o(s) responsável(is) técnico(s) detentor(es) do(s) atestado(s) de capacidade técnica será(ão) o(s) responsável(is) em todas as fases deste procedimento licitatório até a conclusão do objeto do contrato, não sendo substituído(s), salvo casos de força maior, e mediante prévia concordância do CISALP, apresentando para tal fim, o acervo do novo profissional a ser incluído, que deverá possuir igual ou superior qualificação com relação ao anterior, bem como as demais comprovações, dos seguintes profissionais:

a) _____

[Profissão, Nome, Documento e Assinatura]

b) _____

[Profissão, Nome, Documento e Assinatura]

Por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

Lagoa Formosa, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Licitante





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DO ARTIGO 7º, XXXIII, CF

O licitante (pessoa física/jurídica) (*****), inscrito no CPF/CNPJ (*****), por intermédio do seu representante, (*****), portador da identidade (*****) e do CPF (*****), **DECLARA**, na qualidade de licitante, do Processo Licitatório nº 018/2024, Chamamento Público nº 007/2024, para fins do disposto nos termos do inciso XXXIII no art. 7º da Constituição Federal e inciso VI Art 68 da Lei Federal nº 14.133/21 que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Lei Federal nº 9.854/99.

Lagoa Formosa, _____ de _____ de 2024.

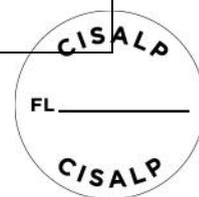
Assinatura do Licitante



**ANEXO V**

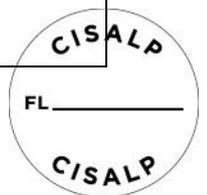
RELAÇÃO DE ITENS COM PREÇO (S) DE REFERÊNCIA PARA CHAMAMENTO PÚBLICO 007/2024 (NESTE ANEXO A EMPRESA DEVERÁ COLOCAR SOMENTE OS ITENS PARA OS QUAIS IRÁ CREDENCIAR OS SERVIÇOS). A QUANTIDADE TOTAL DO CREDENCIAMENTO SERÁ DIVIDA PARA TODOS OS PRESTADORES CONTRATADOS.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (Por participante)
1.	<p>ACLS - ADVANCED CARDIOVASCULAR LIFE SUPPORT</p> <p>O ACLS aperfeiçoa competências para o atendimento de emergências, no suporte avançado de vida, como: arritmias, infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral e situações de parada cardiorrespiratória. O Treinamento é baseado na simulação de situações reais, nas quais os profissionais aprimoram, na prática, suas habilidades técnicas e não técnicas, como líder ou como membro de uma equipe de alto desempenho. O curso será para os acadêmicos e profissionais da saúde.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificação e tratamento precoce da parada respiratória ou da parada cardiorrespiratória;	Por Participante	80	R\$ 235,00



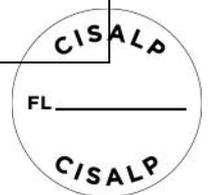


<ul style="list-style-type: none">• Identificação e tratamento precoce de condições que são iminentes de parada cardíaca (bradiarritmias, traquiarritmias);• Reconhecimento e tratamento precoce de AVC;• Uso do desfibrilador manual automático e do desfibrilador não automático;• Avaliação dos esforços de ressuscitação durante PCR, com base na avaliação contínua dos itens que definem uma RCP de qualidade;• Fornecimento de feedback para o time da qualidade da RCP;• Manejo da via aérea;• Farmacologia relacionada com as emergências cardiovasculares;• Comunicação eficaz entre o líder e os membros da equipe durante uma situação de emergência;• Discussão sobre o seu time de resposta rápida ou equipe de emergência médica para melhorar o cuidado com o paciente;• Definição dos sistemas de treinamento;• Cuidados pós-parada. <p>Carga Horária: Mínimo de 16 horas.</p> <p>Certificação: Internacional AHA.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
--	--	--	--



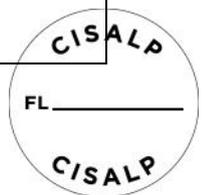


2.	<p>TÉCNICAS DE CUIDADOS DE LESÕES, QUEIMADURAS E CONVULSÕES</p> <p>O atendimento Pré-Hospitalar é um atendimento primordial para a sobrevivência da vítima que sofre situações de risco de vida, essa assistência é de vital importância pois assim, evita risco de lesões secundárias. O socorrista deve preocupar-se em triar, tratar e transportar a vítima de forma segura para receber o tratamento definitivo.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Biossegurança;• Primeiros Socorros relacionados a TR a traumas, nas Urgências e Emergências;• Anatomia e fisiologia humana básica;• Hemorragias;• Choques;• Lesões térmicas e ambientes (queimaduras);• Convulsões;• Desmaios. <p>Carga Horária: Mínimo de 16 horas</p> <p>Certificação: Nacional</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>	Por Participante	100	R\$ 200,00
3.	<p>BLS - BASIC LIFE SUPPORT (ADULTO E PEDIÁTRICO)</p> <p>O curso de BLS objetiva a qualificar o aluno</p>	Por Participante	80	R\$ 235,00





<p>quanto as noções básicas de primeiros socorros em situações de emergência – acidentes domésticos, engasgos de crianças, atendimento ao politrauma e PCR entre outros– enquanto se aguarda o atendimento dos profissionais do socorro. Neste curso de qualificação profissional, o aluno estará apto a realizar procedimentos básicos do primeiro atendimento, bem como reconhecer e informar sobre as medidas a serem tomadas, bem como o que não deve ser feito a fim de evitar o agravo da vítima. Ainda, atuar com eficiência nas situações de urgência/emergência definidas no conteúdo programático.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Primeiros Socorros: Caracterização, funções, aspectos fundamentais.• Acidentes: Características e tipologia.• Emergências: Gravidade da lesão e condição da vítima.• Cuidados gerais preliminares.• Parada Respiratória. Método de respiração.• Compressão Cardíaca.• Ferimentos: Superficiais e profundos; na cabeça.• Fraturas e Luxações.• Lesões na coluna vertebral.			
---	--	--	--





	<ul style="list-style-type: none">• Transportes de acidentados.• Queimaduras.• Hemorragias.• Estado de choque.• Envenenamentos.• Corpos estranhos. <p>Carga horária: Mínimo de 8 horas.</p> <p>Certificação: Internacional. AHA</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
4.	<p>HUMANIZAÇÃO E ACOLHIMENTO</p> <p>Humanização na enfermagem é o efeito de olhar para um paciente em uma perspectiva mais integrada e completa e não apenas para as questões clínicas e assistenciais envolvidas no processo do adoecimento. Nesse sentido, cabe ao enfermeiro entender todas as queixas do paciente e intervir de forma gentil e acolhedora. Isso é feito com o objetivo de amenizar o sofrimento, melhorar a percepção dos problemas ou proporcionar mais conforto diante da situação vivenciada. Diante disso, a humanização da enfermagem tem como fundamento proporcionar assistência ao ser humano portador de uma condição clínica, considerando as questões psicológicas, sociais, religiosas e financeiras, entre outras variáveis que afetam o prognóstico do paciente.</p>	Por Participante	100	R\$ 200,00



	<p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• O princípio da humanização na enfermagem;• Assistência da enfermagem na abordagem individualizada;• Cordialidade e proximidade no cotidiano dos pacientes. <p>Carga Horária: Mínimo de 8:00 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
5.	<p>INTRODUÇÃO E NOÇÕES BÁSICAS AO ELETROCARDIOGRAMA</p> <p>O ECG é um exame básico de triagem e diagnóstico, onde é possível verificar a saúde do coração do paciente e indicar tratamentos para eventuais condições que requerem intervenção médica. O CURSO será para os acadêmicos e profissionais da saúde, em conteúdo programático de:</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Revisão anatômica do coração, impulsos elétricos;• Técnica de registro do eletrocardiograma padrão;• Identificação das principais arritmias;• ECG nas síndromes coronarianas: alterações eletrocardiográficas;• ECG na Prática: Ritmos de PCR.	Por Participante	80	R\$ 322,00



	<p>Carga horária: Mínimo de 8:00 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
6.	<p>TÉCNICAS BÁSICAS DE PRIMEIROS SOCORROS</p> <p>Curso que tem como objetivo capacitar o colaborador no reconhecimento de uma Emergência Cardiovascular e como agir seguindo a Cadeia de Sobrevivência contida na diretriz de atendimento cardiovascular de emergência; treinar RCP em pacientes adultos, crianças, lactentes e RN; administrar O2 em PCR; treinar em time de resposta rápida à PCR e executar RCP em vítima de afogamento; com embasamento nas Recomendações para RCP. O CURSO será para os profissionais da saúde e leigos não treinados, incluso prática.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Conceitos de Primeiros Socorros e Características do Socorrista;• Mitos e Crenças limitantes dos Primeiros Socorros;• Segurança Avaliação da Cena;• Estabilização da Vítima;• XABCDE do trauma;• Traumas: Quedas, Queimaduras, Fraturas e Luxações, Ferimentos, Hemorragias e Choque Elétrico;• Bandagens e Controle de Hemorragias;	Por Participante	200	R\$ 285,00



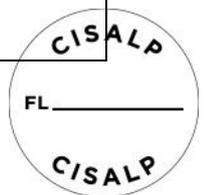
	<ul style="list-style-type: none">• Ressuscitação Cardio Pulmonar – RCP;• Epistaxe (sangramento do nariz);• Intoxicação;• Convulsões;• Tontura e desmaio;• Afogamento;• Desmaios;• Envenenamento;• Suporte Básico de Vida no Lactente/Criança. <p>Carga horária: Mínimo de 16:00 horas</p> <p>Certificação: Nacional</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
7.	<p>INTRODUÇÃO AO PROTOCOLO DE MANCHESTER</p> <p>O Protocolo de Manchester consiste em uma triagem de classificação de risco, na qual a gravidade dos casos é determinada por cores. Os profissionais de saúde responsáveis devem realizar uma avaliação sobre o quadro clínico em que o paciente se encontra para colocar nele uma pulseira com a cor correspondente à gravidade do caso.</p> <p>Nesta etapa não se deve buscar um diagnóstico, somente a identificação do risco daquele quadro. Essa triagem é feita por um profissional de nível superior, Médico ou Enfermeiro, que possua boa comunicação, capacitação e conhecimento</p>	Por Participante	250	R\$ 200,00



	<p>clínico.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Protocolo de Manchester: conceito, história e evolução;• Objetivos e benefícios do uso do protocolo;• Classificação de pacientes: categorias de triagem no Protocolo de Manchester e o uso das cores. <p>Carga horária: Mínimo de 8:00 horas</p> <p>Certificação: Nacional</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
8.	<p>AVALIAÇÃO DAS VIAS AÉREAS/ INTUBAÇÃO</p> <p>Curso de imersão teórico-prático, que aborda o manejo das vias aéreas em diferentes cenários, capacitando o aluno para antecipação das dificuldades, preparação de planos alternativos, avaliação da via aérea e no uso dos dispositivos para intubação traqueal.</p> <p>Proporciona treinamento de habilidades de ventilação com máscara facial, laringoscopia com diferentes lâminas, dispositivos supraglóticos, uso do Bougie, dispositivos ópticos e via aérea cirúrgica, adequando os equipamentos e medicações para analgesia, sedação e bloqueio neuromuscular, de acordo com cada situação.</p>	Por Participante	80	R\$ 581,32



	<p>Conteúdo do Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Preparação para manejo da via aérea;• Algoritmos em via aérea;• Conceitos importantes: tentativa ótima de laringoscopia, denitrogenação, posição olfativa, indução em sequência rápida e planos alternativos;• Avaliação da via aérea: como reconhecer uma via aérea difícil?• Conhecendo os dispositivos: cânulas, tubos, laringoscópios, lâminas, unidades ventilatórias.• Bougie, máscara laríngea, tubo laríngeo, combitube e estilete luminoso;• Medicamentos para indução da intubação: analgésicos, hipnóticos e bloqueadores neuromusculares. Quando e quanto usar? <p>Carga Horária: Mínimo de 12: 00 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
9.	<p>VENTILAÇÃO MECÂNICA BÁSICA</p> <p>O conhecimento do manejo da via aérea e da ventilação mecânica são de fundamental importância para o tratamento de pacientes adultos com insuficiência respiratória aguda ou no intra e pós-operatório. Neste curso você vai vivenciar o manejo da via aérea artificial bem como o manuseio do ventilador</p>	Por Participante	80	R\$ 326,00





	<p>mecânico em diversos cenários clínicos. Público alvo: médicos, fisioterapeutas e enfermeiros (e estudantes de graduação destas áreas).</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Introdução a ventilação mecânica e não invasiva;• Anatomia cardíaca;• Anatomia pulmonar;• Fisiologia cardíaca;• Fisiologia pulmonar;• Indicação;• Contraindicação; <p>Carga Horária: Mínimo de 12:00 horas Certificação: Nacional. Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
10.	<p>VENTILAÇÃO MECÂNICA AVANÇADA</p> <p>Neste curso será apresentado técnicas e os conceitos fisiopatológicos, o manejo de vias aéreas e os modos ventilatórios avançados. Existem diversas formas de estabelecer uma via aérea artificial e no uso de ventilação artificial (mecânica), sendo extremamente importante o entendimento de cada uma delas, assim como os cuidados necessários durante a prática, a fim de minimizar riscos enquanto estratégia de tratamento. Neste curso você vai vivenciar</p>		80	R\$581,32



	<p>o manejo da via aérea artificial bem como o manuseio do ventilador mecânico em diversos cenários clínicos. Público alvo: médicos, fisioterapeutas e enfermeiros (e estudantes de graduação destas áreas).</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Introdução a ventilação mecânica;• Fisiologia cardíaca;• Fisiologia pulmonar;• Gasometria arterial e mecanismo de anidrase carbônica;• Av-vc, Ac-pc, Espontânea – psv, Bpa – bilevel, Cpap, Vmni;• Interface;• Modalidades; <p>Carga Horária: Mínimo de 12:00 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
11.	<p>TÉCNICAS DE TRATAMENTO, MANEJO E CURATIVOS DE FERIDAS</p> <p>A cicatrização tecidual é um processo complexo influenciado por diversos fatores que incluem desde alterações no local da lesão até aspectos mais globais, como alimentação e doenças crônicas. Saber avaliar os diferentes tipos de tecidos e lesões, bem como conhecer o modo de vida dos usuários acometidos por esses problemas é fundamental para a adoção de</p>	Por Participante	100	R\$ 200,00



	<p>tratamento adequado. Nos serviços de atenção primária, o cuidado às pessoas com lesões pode se desenvolver tanto no interior das unidades básicas como no próprio domicílio do usuário, e em todos eles, é possível proporcionar uma assistência de qualidade. Desenvolver o cuidado à saúde nesse último cenário permite ainda a compreensão do contexto familiar e social dos usuários que vivem com tais agravos.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificar os vários tipos de afecções que acometem a pele.• Compreender a influência dos diferentes fatores locais e sistêmicos sobre as lesões.• Principais tratamentos indicados para os tipos de lesões;• A importância e utilização da Escala de Braden;• Atuar no cuidado à pessoa acometida por lesões no contexto da APS. <p>Carga horária: Mínimo de 12 horas Certificação: Nacional. Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
12.	COMPREENDENDO A ATENÇÃO BÁSICA E SUAS METAS	Por Participante	100	R\$ 200,00



	<p>O conhecimento do programas e ações voltadas para promoção, proteção da saúde e prevenção de agravos desenvolvidas pelas UBS são importantes atividades desenvolvidas na Saúde Pública e vem acompanhadas de cumprimento de metas estabelecidas pelo estado e são essenciais para a minimização de patologias e doenças que causam danos à saúde da população.</p> <p>Desta forma, o conhecimento destas ações são de extrema importância uma vez que, fortalece as ações preventivas e propõe colocar na prática todos os recursos para aplicabilidade.</p> <p>A proposta do curso é vivenciar todo o processo realizado pelas UBS desde o acolhimento dos usuários até o cumprimento de metas. Público alvo: médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, recepcionistas, agentes de saúde e de endemias.</p> <p>Carga horária: Mínimo de 8 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
13.	<p>PLANEJAMENTO E GESTÃO NO SUS</p> <p>O planejamento de atividades no âmbito do SUS são essenciais para uma boa gestão e para estabelecimento de um fluxo</p>	Por Participante	80	R\$ 135,00



	<p>congruente conforme necessidades territoriais. O curso auxilia na elaboração de um planejamento adequado para atender todos os indicadores que são avaliados dentro dos municípios e que atendem os anseios da gestão pública. Além disso, orienta quais são os meios legais de realizar um Plano de Trabalho Anual, Programações Anuais de Saúde, Relatórios Quadrimestrais e Relatório Anual de Gestão. Além disso, disponibiliza auxílio na formatação de melhores estratégias em saúde e na maneira adequada de gerenciar os recursos, garantindo assim, melhorias conforme legislação.</p> <p>Carga horária: Mínimo de 10 horas</p> <p>Certificação: Nacional</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
14.	<p>ASSISTÊNCIA E GESTÃO DE ENFERMAGEM EM UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA</p> <p>O enfermeiro é um dos principais membros dentro de uma USF, neste sentido a capacitação deste profissional é de grande importância para organização do serviço e desempenho de suas atividades de forma correta. Neste curso será ofertado aos profissionais o formato e manejo indispensável para realização de uma</p>	Por Participante	80	R\$ 199,90



	<p>gestão eficaz e resolutiva dentro das unidades. Desta forma, será apresentado quais são os melhores direcionamentos para uma gerência apropriada e quais os meios para melhor organização dos serviços e programas de saúde, projetos governamentais e não governamentais e planejamentos em saúde para elaboração, coordenação e execução de projetos de intervenção.</p> <p>Carga horária: Mínimo de 10 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
15.	<p>FORMAÇÃO DE BRIGADISTAS DE INCÊNDIO</p> <p>O treinamento de brigada de incêndio é um curso obrigatório para obtenção ou renovação do AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro.</p> <p>Este treinamento visa o grau de risco, tipo de ocupação, tamanho da população da edificação, formas de prevenção e combate de um princípio incêndio.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">- Noções da utilização adequada de equipamentos com extintores e hidrantes;- Formas de manejo dos ocupantes/presentes em locais de risco e orientações sobre abandono do local;	Por Participante	80	R\$ 170,00



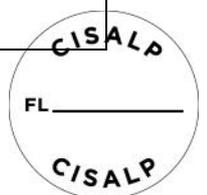
	<p>- Identificação de situações emergenciais;</p> <p>- Acionamento do alarme de incêndio;</p> <p>- Contatar o Corpo de Bombeiros;</p> <p>- Prevenção, isolamento e extinção de pequenos focos de incêndio;</p> <p>- Técnicas e primeiros socorros;</p> <p>O curso de brigada deverá ser ministrado por profissional capacitado, sendo ele bombeiro militar ou engenheiro técnico de segurança do trabalho.</p> <p>Carga horária: Mínimo de 8 horas.</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
16.	<p>TÉCNICAS BÁSICAS PARA VIGILANTE/PORTEIRO/SEGURANÇA</p> <p>Este treinamento tem como objetivo a proteção do patrimônio público e a melhoria nas condições de segurança para seus colaboradores, usuários e prestadores de serviços que utilizam os espaços públicos.</p> <p>O curso oferece também orientações como boa desenvoltura, formas de relacionar com as pessoas, ser atencioso, prestativo e atento as movimentações.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Noções de segurança;• Prevenção de acidentes;	Por Participante	100	R\$ 389,00



	<ul style="list-style-type: none">• Vigilância em geral;• Defesa pessoal;• Noções de segurança eletrônica;• Primeiros socorros;• Relação humanas no trabalho;• Legislação aplicada a direitos humanos e temas relevantes para a profissão;• Apresentação e postura profissional;• Comunicação nas atividades de portaria: verbal, escrita e gestual;• Técnicas e tipos de atendimento: personalizados, diferenciados (idosos, crianças, pessoas com deficiência, gestantes), presenciais, eletrônicos, telefônicos e impressos);• Procedimentos de passagem de turno.• Código Penal relacionado a conduta de porteiro/vigia;• Segurança do trabalho: sinalização de segurança (NR 26). <p>Carga horária: Mínimo de 12 horas.</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
17.	<p>NOÇÕES BÁSICAS DE COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR - CCIH</p> <p>O curso de Noções de CCIH é imprescindível por orientar os profissionais de saúde</p>	Por Participante	80	R\$ 200,00



<p>quanto aos riscos causados pela transmissão de microrganismos patogênicos e tem como objetivo orientar os profissionais sobre a elaboração, monitorização e minimização e controle de infecções hospitalares.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">- Noções de como elaborar, implementar e monitorar o Programa de Controle de Infecção Hospitalar;- Implantar e acompanhar um Sistema de Vigilância Epidemiológica para monitoramento das infecções relacionadas à assistência à saúde;- Desempenhar e supervisionar normas e rotinas, visando a prevenção e o controle das infecções relacionadas à assistência à saúde;- Desenvolver treinamentos e capacitações do quadro de profissionais da instituição, no que diz respeito à prevenção e controle das infecções relacionadas à assistência à saúde, através de Educação Continuada;- Participar, em cooperação com as Comissões/setores, da elaboração de políticas na utilização de agentes químicos, biológicos, antimicrobianos, saneantes e demais materiais médico-hospitalares, contribuindo e alertando sobre a racionalização dos mesmos;			
---	--	--	--

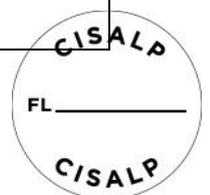




	<ul style="list-style-type: none">- Promover investigação epidemiológica de surtos e implantar medidas imediatas de controle e contenção;- Elaborar, implementar e supervisionar normas e rotinas objetivando evitar a disseminação de germes hospitalares, por meio de medidas de isolamento e contenção;- Elaborar, implementar, divulgar e monitorar normas e rotinas visando a prevenção e o tratamento adequado das infecções hospitalares;- Elaborar e divulgar, periodicamente, relatórios dirigidos à autoridade máxima da instituição e às chefias dos serviços, contendo informações sobre a situação das infecções relacionadas à assistência à saúde na instituição. <p>Carga horária: Mínimo de 8 horas.</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
18.	<p>QUALIDADE E SEGURANÇA DOS PACIENTES EM AMBIENTES DE SAÚDE</p> <p>O curso de Segurança do Paciente é voltado para atualização, aperfeiçoamento e qualificação de profissionais de saúde.</p> <p>A abrangência são ações voltadas para redução do risco de dano no cuidado com a saúde do paciente e diminuir as ameaças</p>	Por Participante	80	R\$ 200,00



<p>mínimas, especialmente as que se refere a infecção e à ocorrência de eventos adversos, assim como oportunizar a segurança das cirurgias e outros serviços de saúde.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">- Introdução à qualidade em saúde e segurança do paciente;- Montar estratégias para segurança do paciente;- Cultura e Segurança em serviço de saúde;- Gerenciamento de risco;- Protocolos de segurança do paciente;- Mecanismos de identificação de pacientes em serviços de saúde;- Higiene das mãos e cirurgias seguras em serviços de saúde;- Comunicação efetiva;- Repasse sobre o Programa Nacional de Segurança ao paciente;- Processamento de produtos para saúde;- Prevenção de lesão por pressão;- Mecanismos para a prevenção de quedas dos pacientes;- Erros de medicação;- Investigação de eventos adversos em serviços de saúde;- Vigilância, notificação, monitoramento E investigação de incidentes relacionados à assistência à saúde;			
--	--	--	--





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

<ul style="list-style-type: none">- Métodos, técnicas e ferramentas de investigação de eventos adversos;- Métodos, Técnicas e Ferramentas de Investigação de eventos adversos;- Métodos, Técnicas e Ferramentas de eventos adversos (análise de causa raiz);- Principais passos da investigação de eventos adversos em serviços de saúde. <p>Carga horária: Mínimo de 8 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
--	--	--	--

Lagoa Formosa, (**) de (*****) de 2024.

Assinatura do Licitante





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

ANEXO VI

PROCESSO LICITATÓRIO N° 018/2024

LICITAÇÃO: CHAMAMENTO PÚBLICO N° 007/2024

FICHA CADASTRAL/DADOS BANCÁRIOS CNPJ:

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:		
ENDEREÇO:		
BAIRRO:	CIDADE:	UF:
CEP:	TEL (1):	TEL (2):
E-MAIL:	SITE:	
CONTATO:		TEL:

REPRESENTANTE LEGAL (1):			
RG:	EMISSOR:	CPF:	CARGO:

REPRESENTANTE LEGAL (2):			
RG:	EMISSOR:	CPF:	CARGO:

DADOS BANCÁRIOS	
BANCO:	Nº DO BANCO:
AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:

DATA: ____/____/____

ASSINATURA: _____





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

ANEXO VII

DECLARAÇÃO EMPRESA OPTANTE SIMPLES NACIONAL

A empresa _____, sediada à Rua _____, nº _____, bairro _____, cidade _____, CEP _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo (a) Sr (a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, DECLARA, para fins de não incidência na fonte do Imposto de renda conf. Previsto no Art. 1º da IN 765 de 02/08/2007, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (SIMPLES NACIONAL), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

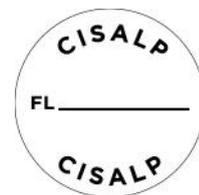
a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) Apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II - O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Lagoa Formosa, _____ de _____ 2024.

Assinatura do Representante Legal, carimbo CNPJ ou papel timbrado da empresa.





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

ANEXO VIII

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 Categoria do objeto

Prestação de Serviços

1.2 Processo Administrativo

Chamamento Público, objetivando contratação de pessoa jurídica especializadas na realização de cursos e capacitações para profissionais de estabelecimentos de saúde, em atendimento a demanda do CISALP, entes consorciados e clínicas médicas especializadas geridas pelo consórcio.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DO SERVIÇO

2.1. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, em face a necessidade de contratar empresas especializadas na realização de cursos e capacitações para profissionais de estabelecimentos de saúde, em atendimento a demanda do CISALP, entes consorciados e clínicas médicas especializadas geridas pelo consórcio. O CISALP é composto, até o presente momento, por trinta e cinco entes consorciados com grandes possibilidades de aumento da área de atuação, tendo como finalidade, enquanto parte integrante da administração indireta dos entes consorciados, prestar serviços e desenvolver ações conjuntas que visem o interesse coletivo e benefícios públicos, atendendo aos vazios assistenciais apresentados pelos municípios.

Não obstante, por ser serviços que contemplam os vazios assistenciais dos entes consorciados, ou seja, não ofertados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, ou ofertados em quantidades insuficientes, justifica-se a abertura do presente procedimento administrativo, com o intuito de dar vazão a fila de espera, atendendo o paciente em tempo hábil, prevenindo complicações ou agravos no grau de saúde.

Nesse mesmo sentido, constitui finalidade precípua do CISALP, respeitados os limites constitucionais e legais, desenvolver ações e serviços na área de saúde pública de forma





regional, ou com ela relacionados ou derivados, obedecendo, assim, aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS e demais preceitos pertinentes.

Diante do exposto, surge a necessidade de contratação da presente prestadora de serviços para que possamos adequar, e continuarmos em busca da excelência e da melhoria contínua sempre.

2.2. Fundamenta-se legalmente a contratação no art. 79, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
DIRETORA COMERCIAL- CISALP	LUDIMILA MAGALHÃES DE LIMA

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

a. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Termo de Referência (TR). Entendemos, portanto, que a contratação nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atende às necessidades do CISALP no que tange às exigências.

Trata-se de serviço comum de prestação de serviços, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Credenciamento.

4.2. A Contratada deve apresentar os seguintes requisitos para a prestação do serviço:

4.2.1. Ser especializada e possuir capacidade técnica adequada para o serviço proposto.

4.2.2. Ser eficiente e realizar o serviço com celeridade, respeitando as normas técnicas atinentes a prestação do serviço, garantindo qualidade e segurança.

4.2.3. Ser responsável por qualquer dano que a prestação de serviços ou equipamentos possa causar, estando disponível para sanar dúvidas e possíveis inconsistências.

4.2.4. Observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução do serviço.

4.2.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

4.2.6. Diante impossibilidade de cumprir com o agendamento, comunicar o contratante com até no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência a data do procedimento.

4.2.7. Comunicar a contratante qualquer eventualidade que acarrete prejuízo ou falhas na execução do contrato.

4.2.8. Os serviços deverão ser realizados, conforme necessidade e demanda do Contratante.

4.2.9. **O serviço proposto também abrange os municípios que se consorciarem durante vigência do Contrato Administrativo e estabelecimentos geridos pelo CISALP.**

4.2.10. O serviço proposto abrange os municípios que compõem o CISALP, sendo:

Municípios que compõem o CISALP
Arapuá, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Cabeceira Grande, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Conceição das Alagoas, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Dom Bosco, Frutal, Guarda Mor, Guimarães, Ibiá, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Paracatu, Patos de Minas, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Pratinha, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Serra do Salitre, Tiros, Varjão de Minas e Vazante.

4.3. Trata-se da prestação de serviços em saúde de modo que atenda às necessidades de agendamento e condições orçamentárias dos entes consorciados e das clínicas de especialidades geridas pelo CISALP.

4.4. Para a referida prestação de serviços, a empresa deverá estar devidamente credenciada ao CISALP.

4.5. Todos os profissionais deverão estar inscritos regularmente no Conselho de Classe, sendo critério obrigatório para ser contratado.

4.6. A prestação de serviços deverá ser agendada exclusivamente pelo sistema de agendamento do CISALP.

4.7. Para fins de faturamento, serão considerados todos os critérios e valores estabelecidos em Contrato Administrativo.

4.8. O Contratado deverá estar regular com todas as obrigações fiscais e sanitárias.

4.9. O Contratado deverá estar com o Cadastro Nacional dos estabelecimentos de Saúde – CNES atualizado, com a opção Prestador de Serviços SUS marcada.





5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Do levantamento realizado no mercado constatou-se que o presente objeto, na modalidade dos procedimentos auxiliares, credenciamento, constitui usual e bem sedimentada por órgãos públicos de toda extensão territorial nacional.

Dada a recorrência de certames identificada, inclusive já realizada inúmeras vezes por este órgão, entende-se por alta a probabilidade de ampla procura para executar a prestação de serviços de forma paralela e não excludente, pois é o mais vantajoso e viável para esta Administração Pública, tendo em vista se tratar de contratações simultâneas em condições padronizadas.

Diante da pesquisa de mercado apresentada, foram discriminados os valores unitários estimados dos serviços que serão aplicados na contratação.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Diante da especificidade do objeto, objetivando complementar a pesquisa de preços, a área de Licitações, Compras e Contratos formalizará junto a empresas do ramo a cotação de valores para subsidiar o comparativo de valores ofertados.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Os consórcios públicos enquanto solução organizacional atua suprimindo as necessidades de coordenação e integração entre os entes federativos. Os benefícios dos consórcios são o ganho de escala na prestação de serviços, a racionalidade de processos e de despesas. A regionalização vem como uma estratégia de hierarquização que orienta a descentralização as ações e serviços, proporcionando a opção de oferta de serviços em volumetria o que tendem a reduzir-se os preços / custos sendo uma ferramenta de grande valia para Administração Pública, além de garantir a promoção e melhorias na qualidade de vida da população, através de ações e prestação de serviços que promovam a promoção, prevenção e proteção e recuperação da saúde.

6.2. A forma do atendimento, os custos e o modo de pagamento, responsabilidades e condições gerais, seguem especificadas a seguir.

6.2.1. Dos Procedimentos



A realização dos procedimentos ambulatoriais e hospitalares serão realizados conforme descritivos discriminados em tabela constante no item 9.3.

6.3. Da forma de atendimento

A realização será feita a pedido do médico especialista, onde, o paciente terá de apresentar o mesmo na recepção para agendamento dos procedimentos de acordo com disponibilidade de agenda e logística.

6.4. Do horário e da data de atendimento

O horário e a data de atendimento serão definidos em concordância com agenda médica, disponibilizada no PAGE Saúde.

7. EQUIPE DE PLANEJAMENTO, DE APOIO À LICITAÇÃO E FISCAL/GESTOR DO CONTRATO

7.1. "A equipe de Planejamento da Contratação e Fiscalização é o conjunto de servidores, que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento da Contratação e Fiscalização, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros." Os integrantes da equipe de Planejamento da Contratação devem ter ciência expressa da indicação das suas respectivas atribuições antes de serem formalmente designados.

7.2. A equipe de apoio tem a função de auxiliar o agente de contratação na condução do procedimento licitatório, cabendo a ela, auxiliá-lo em todas as fases do processo licitatório, anexo a Portaria nº 16 de 2024.

8. METODOLOGIA UTILIZADA NA ESTIMATIVA DO VALOR E, SE NECESSÁRIO, JUSTIFICATIVA PARA NÃO UTILIZAÇÃO DA PESQUISA NO PORTAL PAINEL DE PREÇOS.

8.1. Na ocasião da realização de Processos Licitatórios para o atendimento do objeto deste documento de formalização da demanda, o CONSÓRCIO realizou pesquisa de mercado para obter valores adequados à realidade da região, sendo considerado o menor valor, conforme estabelecido no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE E DO VALOR A SEREM CONTRATADAS

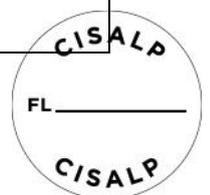


9.1. Por ser a primeira contratação a ser realizada para estes procedimentos, o consórcio não dispõe de dados para embasamento do quantitativo. Contudo, almeja-se que a presente contratação seja realizada para a prestação dos serviços supracitados, distribuídos de acordo com os itens e quantitativos apresentados a seguir, considerando a possível demanda dos entes consorciados e futuros municípios que manifestaram interesse no consorciamento.

9.2. Considera-se integrado ao valor total do item, todos os encargos tributários e trabalhistas, despesas hospitalares (para serviços de terceiros) e demais agregadas a prestação dos serviços.

9.3. Seguem quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (Por participante)
1.	<p>ACLS - ADVANCED CARDIOVASCULAR LIPE SUPPORT</p> <p>O ACLS aperfeiçoa competências para o atendimento de emergências, no suporte avançado de vida, como: arritmias, infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral e situações de parada cardiorrespiratória. O Treinamento é baseado na simulação de situações reais, nas quais os profissionais aprimoram, na prática, suas habilidades técnicas e não técnicas, como líder ou como membro de uma equipe de alto desempenho. O curso será para os acadêmicos e profissionais da saúde.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificação e tratamento precoce da parada respiratória ou da parada	Por Participante	80	R\$ 235,00

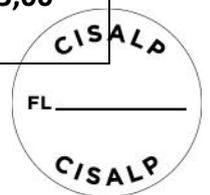




	<p>cardiorrespiratória;</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificação e tratamento precoce de condições que são iminentes de parada cardíaca (bradiarritmias, traquiarritmias);• Reconhecimento e tratamento precoce de AVC;• Uso do desfibrilador manual automático e do desfibrilador não automático;• Avaliação dos esforços de ressuscitação durante PCR, com base na avaliação contínua dos itens que definem uma RCP de qualidade;• Fornecimento de feedback para o time da qualidade da RCP;• Manejo da via aérea;• Farmacologia relacionada com as emergências cardiovasculares;• Comunicação eficaz entre o líder e os membros da equipe durante uma situação de emergência;• Discussão sobre o seu de time de resposta rápida ou equipe de emergência médica para melhorar o cuidado com o paciente;• Definição dos sistemas de treinamento;• Cuidados pós-parada. <p>Carga Horária: Mínimo de 16 horas.</p> <p>Certificação: Internacional AHA.</p>			
--	--	--	--	--

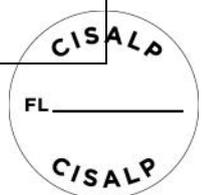


	Turmas com no mínimo 10 pessoas.			
2.	TÉCNICAS DE CUIDADOS DE LESÕES, QUEIMADURAS E CONVULSÕES O atendimento Pré-Hospitalar é um atendimento primordial para a sobrevivência da vítima que sofre situações de risco de vida, essa assistência é de vital importância pois assim, evita risco de lesões secundárias. O socorrista deve preocupar-se em triar, tratar e transportar a vítima de forma segura para receber o tratamento definitivo. Conteúdo Programático: <ul style="list-style-type: none">• Biossegurança;• Primeiros Socorros relacionados a TR a traumas, nas Urgências e Emergências;• Anatomia e fisiologia humana básica;• Hemorragias;• Choques;• Lesões térmicas e ambientes (queimaduras);• Convulsões;• Desmaios. Carga Horária: Mínimo de 16 horas Certificação: Nacional Turmas com no mínimo 10 pessoas.	Por Participante	100	R\$ 200,00
3.	BLS - BASIC LIFE SUPPORT (ADULTO E PEDIÁTRICO)	Por Participante	80	R\$ 235,00





<p>O curso de BLS objetiva a qualificar o aluno quanto as noções básicas de primeiros socorros em situações de emergência – acidentes domésticos, engasgos de crianças, atendimento ao politrauma e PCR entre outros– enquanto se aguarda o atendimento dos profissionais do socorro.</p> <p>Neste curso de qualificação profissional, o aluno estará apto a realizar procedimentos básicos do primeiro atendimento, bem como reconhecer e informar sobre as medidas a serem tomadas, bem como o que não deve ser feito a fim de evitar o agravamento da vítima. Ainda, atuar com eficiência nas situações de urgência/emergência definidas no conteúdo programático.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Primeiros Socorros: Caracterização, funções, aspectos fundamentais.• Acidentes: Características e tipologia.• Emergências: Gravidade da lesão e condição da vítima.• Cuidados gerais preliminares.• Parada Respiratória. Método de respiração.• Compressão Cardíaca.• Ferimentos: Superficiais e profundos; na cabeça.• Fraturas e Luxações.			
--	--	--	--





	<ul style="list-style-type: none">• Lesões na coluna vertebral.• Transportes de acidentados.• Queimaduras.• Hemorragias.• Estado de choque.• Envenenamentos.• Corpos estranhos. <p>Carga horária: Mínimo de 8 horas.</p> <p>Certificação: Internacional. AHA</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
4.	<p>HUMANIZAÇÃO E ACOLHIMENTO</p> <p>Humanização na enfermagem é o efeito de olhar para um paciente em uma perspectiva mais integrada e completa e não apenas para as questões clínicas e assistenciais envolvidas no processo do adoecimento. Nesse sentido, cabe ao enfermeiro entender todas as queixas do paciente e intervir de forma gentil e acolhedora. Isso é feito com o objetivo de amenizar o sofrimento, melhorar a percepção dos problemas ou proporcionar mais conforto diante da situação vivenciada. Diante disso, a humanização da enfermagem tem como fundamento proporcionar assistência ao ser humano portador de uma condição clínica, considerando as questões psicológicas, sociais, religiosas e financeiras, entre outras variáveis que afetam o prognóstico</p>	Por Participante	100	R\$ 200,00



	<p>do paciente.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• O princípio da humanização na enfermagem;• Assistência da enfermagem na abordagem individualizada;• Cordialidade e proximidade no cotidiano dos pacientes. <p>Carga Horária: Mínimo de 8:00 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
5.	<p>INTRODUÇÃO E NOÇÕES BÁSICAS AO ELETROCARDIOGRAMA</p> <p>O ECG é um exame básico de triagem e diagnóstico, onde é possível verificar a saúde do coração do paciente e indicar tratamentos para eventuais condições que requerem intervenção médica. O CURSO será para os acadêmicos e profissionais da saúde, em conteúdo programático de:</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Revisão anatômica do coração, impulsos elétricos;• Técnica de registro do eletrocardiograma padrão;• Identificação das principais arritmias;• ECG nas síndromes coronarianas: alterações eletrocardiográficas;	Por Participante	80	R\$ 322,00



	<ul style="list-style-type: none">• ECG na Prática: Ritmos de PCR. <p>Carga horária: Mínimo de 8:00 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
6.	<p>TÉCNICAS BÁSICAS DE PRIMEIROS SOCORROS</p> <p>Curso que tem como objetivo capacitar o colaborador no reconhecimento de uma Emergência Cardiovascular e como agir seguindo a Cadeia de Sobrevivência contida na diretriz de atendimento cardiovascular de emergência; treinar RCP em pacientes adultos, crianças, lactentes e RN; administrar O2 em PCR; treinar em time de resposta rápida à PCR e executar RCP em vítima de afogamento; com embasamento nas Recomendações para RCP. O CURSO será para os profissionais da saúde e leigos não treinados, incluso prática.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Conceitos de Primeiros Socorros e Características do Socorrista;• Mitos e Crenças limitantes dos Primeiros Socorros;• Segurança Avaliação da Cena;• Estabilização da Vítima;• XABCDE do trauma;• Traumas: Quedas, Queimaduras, Fraturas e Luxações, Ferimentos, Hemorragias e Choque Elétrico;	Por Participante	200	R\$ 285,00



	<ul style="list-style-type: none">• Bandagens e Controle de Hemorragias;• Ressuscitação Cardio Pulmonar – RCP;• Epistaxe (sangramento do nariz);• Intoxicação;• Convulsões;• Tontura e desmaio;• Afogamento;• Desmaios;• Envenenamento;• Suporte Básico de Vida no Lactente/Criança. <p>Carga horária: Mínimo de 16:00 horas</p> <p>Certificação: Nacional</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
7.	<p>INTRODUÇÃO AO PROTOCOLO DE MANCHESTER</p> <p>O Protocolo de Manchester consiste em uma triagem de classificação de risco, na qual a gravidade dos casos é determinada por cores. Os profissionais de saúde responsáveis devem realizar uma avaliação sobre o quadro clínico em que o paciente se encontra para colocar nele uma pulseira com a cor correspondente à gravidade do caso.</p> <p>Nesta etapa não se deve buscar um diagnóstico, somente a identificação do risco daquele quadro. Essa triagem é feita por um profissional de nível superior, Médico ou Enfermeiro, que possua boa</p>	Por Participante	250	R\$ 200,00



	<p>comunicação, capacitação e conhecimento clínico.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Protocolo de Manchester: conceito, história e evolução;• Objetivos e benefícios do uso do protocolo;• Classificação de pacientes: categorias de triagem no Protocolo de Manchester e o uso das cores. <p>Carga horária: Mínimo de 8:00 horas</p> <p>Certificação: Nacional</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
8.	<p>AVALIAÇÃO DAS VIAS AÉREAS/ INTUBAÇÃO</p> <p>Curso de imersão teórico-prático, que aborda o manejo das vias aéreas em diferentes cenários, capacitando o aluno para antecipação das dificuldades, preparação de planos alternativos, avaliação da via aérea e no uso dos dispositivos para intubação traqueal. Proporciona treinamento de habilidades de ventilação com máscara facial, laringoscopia com diferentes lâminas, dispositivos supraglóticos, uso do Bougie, dispositivos ópticos e via aérea cirúrgica, adequando os equipamentos e medicações para analgesia, sedação e bloqueio neuromuscular, de acordo com cada</p>	Por Participante	80	R\$ 581,32



	<p>situação.</p> <p>Conteúdo do Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Preparação para manejo da via aérea;• Algoritmos em via aérea;• Conceitos importantes: tentativa ótima de laringoscopia, denitrogenação, posição olfativa, indução em sequência rápida e planos alternativos;• Avaliação da via aérea: como reconhecer uma via aérea difícil?• Conhecendo os dispositivos: cânulas, tubos, laringoscópios, lâminas, unidades ventilatórias.• Bougie, máscara laríngea, tubo laríngeo, combitube e estilete luminoso;• Medicamentos para indução da intubação: analgésicos, hipnóticos e bloqueadores neuromusculares. Quando e quanto usar? <p>Carga Horária: Mínimo de 12: 00 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
9.	<p>VENTILAÇÃO MECÂNICA BÁSICA</p> <p>O conhecimento do manejo da via aérea e da ventilação mecânica são de fundamental importância para o tratamento de pacientes adultos com insuficiência respiratória aguda ou no intra e pós-operatório. Neste curso você vai vivenciar o manejo da via aérea artificial</p>	Por Participante	80	R\$ 326,00



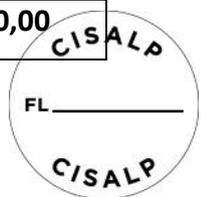
	<p>bem como o manuseio do ventilador mecânico em diversos cenários clínicos. Público alvo: médicos, fisioterapeutas e enfermeiros (e estudantes de graduação destas áreas).</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Introdução a ventilação mecânica e não invasiva;• Anatomia cardíaca;• Anatomia pulmonar;• Fisiologia cardíaca;• Fisiologia pulmonar;• Indicação;• Contra-indicação; <p>Carga Horária: Mínimo de 12:00 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
10.	<p>VENTILAÇÃO MECÂNICA AVANÇADA</p> <p>Neste curso será apresentado técnicas e os conceitos fisiopatológicos, o manejo de vias aéreas e os modos ventilatórios avançados. Existem diversas formas de estabelecer uma via aérea artificial e no uso de ventilação artificial (mecânica), sendo extremamente importante o entendimento de cada uma delas, assim como os cuidados necessários durante a prática, a fim de minimizar riscos enquanto estratégia de</p>		80	R\$581,32



	<p>tratamento. Neste curso você vai vivenciar o manejo da via aérea artificial bem como o manuseio do ventilador mecânico em diversos cenários clínicos. Público alvo: médicos, fisioterapeutas e enfermeiros (e estudantes de graduação destas áreas).</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Introdução a ventilação mecânica;• Fisiologia cardíaca;• Fisiologia pulmonar;• Gasometria arterial e mecanismo de anidrase carbônica;• Av-vc, Ac-pc, Espontânea – psv, Bpa – bilevel, Cpap, Vmni;• Interface;• Modalidades; <p>Carga Horária: Mínimo de 12:00 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
11.	<p>TÉCNICAS DE TRATAMENTO, MANEJO E CURATIVOS DE FERIDAS</p> <p>A cicatrização tecidual é um processo complexo influenciado por diversos fatores que incluem desde alterações no local da lesão até aspectos mais globais, como alimentação e doenças crônicas. Saber avaliar os diferentes tipos de tecidos e lesões, bem como conhecer o modo de vida dos usuários acometidos por esses</p>	Por Participante	100	R\$ 200,00



	<p>problemas é fundamental para a adoção de tratamento adequado. Nos serviços de atenção primária, o cuidado às pessoas com lesões pode se desenvolver tanto no interior das unidades básicas como no próprio domicílio do usuário, e em todos eles, é possível proporcionar uma assistência de qualidade. Desenvolver o cuidado à saúde nesse último cenário permite ainda a compreensão do contexto familiar e social dos usuários que vivem com tais agravos.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificar os vários tipos de afecções que acometem a pele.• Compreender a influência dos diferentes fatores locais e sistêmicos sobre as lesões.• Principais tratamentos indicados para os tipos de lesões;• A importância e utilização da Escala de Braden;• Atuar no cuidado à pessoa acometida por lesões no contexto da APS. <p>Carga horária: Mínimo de 12 horas Certificação: Nacional. Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
12.	COMPREENDENDO A ATENÇÃO BÁSICA E	Por	100	R\$ 200,00





	<p>SUAS METAS</p> <p>O conhecimento do programas e ações voltadas para promoção, proteção da saúde e prevenção de agravos desenvolvidas pelas UBS são importantes atividades desenvolvidas na Saúde Pública e vem acompanhadas de cumprimento de metas estabelecidas pelo estado e são essenciais para a minimização de patologias e doenças que causam danos à saúde da população.</p> <p>Desta forma, o conhecimento destas ações são de extrema importância uma vez que, fortalece as ações preventivas e propõe colocar na prática todos os recursos para aplicabilidade.</p> <p>A proposta do curso é vivenciar todo o processo realizado pelas UBS desde o acolhimento dos usuários até o cumprimento de metas. Público alvo: médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, recepcionistas, agentes de saúde e de endemias.</p> <p>Carga horária: Mínimo de 8 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>	Participante		
13.	<p>PLANEJAMENTO E GESTÃO NO SUS</p> <p>O planejamento de atividades no âmbito do SUS são essenciais para uma boa gestão</p>	Por Participante	80	R\$ 135,00



	<p>e para estabelecimento de um fluxo congruente conforme necessidades territoriais. O curso auxilia na elaboração de um planejamento adequado para atender todos os indicadores que são avaliados dentro dos municípios e que atendem os anseios da gestão pública. Além disso, orienta quais são os meios legais de realizar um Plano de Trabalho Anual, Programações Anuais de Saúde, Relatórios Quadrimestrais e Relatório Anual de Gestão. Além disso, disponibiliza auxílio na formatação de melhores estratégias em saúde e na maneira adequada de gerenciar os recursos, garantindo assim, melhorias conforme legislação.</p> <p>Carga horária: Mínimo de 10 horas</p> <p>Certificação: Nacional</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
14.	<p>ASSISTÊNCIA E GESTÃO DE ENFERMAGEM EM UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA</p> <p>O enfermeiro é um dos principais membros dentro de uma USF, neste sentido a capacitação deste profissional é de grande importância para organização do serviço e desempenho de suas atividades de forma correta. Neste curso será ofertado aos profissionais o formato e manejo</p>	Por Participante	80	R\$ 199,90



	<p>indispensável para realização de uma gestão eficaz e resolutiva dentro das unidades. Desta forma, será apresentado quais são os melhores direcionamentos para uma gerência apropriada e quais os meios para melhor organização dos serviços e programas de saúde, projetos governamentais e não governamentais e planejamentos em saúde para elaboração, coordenação e execução de projetos de intervenção.</p> <p>Carga horária: Mínimo de 10 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
15.	<p>FORMAÇÃO DE BRIGADISTAS DE INCÊNDIO</p> <p>O treinamento de brigada de incêndio é um curso obrigatório para obtenção ou renovação do AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro.</p> <p>Este treinamento visa o grau de risco, tipo de ocupação, tamanho da população da edificação, formas de prevenção e combate de um princípio incêndio.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">- Noções da utilização adequada de equipamentos com extintores e hidrantes;- Formas de manejo dos ocupantes/presentes em locais de risco e	Por Participante	80	R\$ 170,00



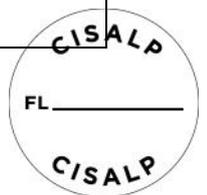
	<p>orientações sobre abandono do local;</p> <ul style="list-style-type: none">- Identificação de situações emergenciais;- Acionamento do alarme de incêndio;- Contatar o Corpo de Bombeiros;- Prevenção, isolamento e extinção de pequenos focos de incêndio;- Técnicas e primeiros socorros; <p>O curso de brigada deverá ser ministrado por profissional capacitado, sendo ele bombeiro militar ou engenheiro técnico de segurança do trabalho.</p> <p>Carga horária: Mínimo de 8 horas.</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
16.	<p>TÉCNICAS BÁSICAS PARA VIGILANTE/PORTEIRO/SEGURANÇA</p> <p>Este treinamento tem como objetivo a proteção do patrimônio público e a melhoria nas condições de segurança para seus colaboradores, usuários e prestadores de serviços que utilizam os espaços públicos.</p> <p>O curso oferece também orientações como boa desenvoltura, formas de relacionar com as pessoas, ser atencioso, prestativo e atento as movimentações.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Noções de segurança;	Por Participante	100	R\$ 389,00



	<ul style="list-style-type: none">• Prevenção de acidentes;• Vigilância em geral;• Defesa pessoal;• Noções de segurança eletrônica;• Primeiros socorros;• Relação humanas no trabalho;• Legislação aplicada a direitos humanos e temas relevantes para a profissão;• Apresentação e postura profissional;• Comunicação nas atividades de portaria: verbal, escrita e gestual;• Técnicas e tipos de atendimento: personalizados, diferenciados (idosos, crianças, pessoas com deficiência, gestantes), presenciais, eletrônicos, telefônicos e impressos);• Procedimentos de passagem de turno.• Código Penal relacionado a conduta de porteiro/vigia;• Segurança do trabalho: sinalização de segurança (NR 26). <p>Carga horária: Mínimo de 12 horas. Certificação: Nacional. Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
17.	NOÇÕES BÁSICAS DE COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR - CCIH O curso de Noções de CCIH é imprescindível	Por Participante	80	R\$ 200,00



<p>por orientar os profissionais de saúde quanto aos riscos causados pela transmissão de microrganismos patogênicos e tem como objetivo orientar os profissionais sobre a elaboração, monitorização e minimização e controle de infecções hospitalares.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">- Noções de como elaborar, implementar e monitorar o Programa de Controle de Infecção Hospitalar;- Implantar e acompanhar um Sistema de Vigilância Epidemiológica para monitoramento das infecções relacionadas à assistência à saúde;- Desempenhar e supervisionar normas e rotinas, visando a prevenção e o controle das infecções relacionadas à assistência à saúde;- Desenvolver treinamentos e capacitações do quadro de profissionais da instituição, no que diz respeito à prevenção e controle das infecções relacionadas à assistência à saúde, através de Educação Continuada;- Participar, em cooperação com as Comissões/setores, da elaboração de políticas na utilização de agentes químicos, biológicos, antimicrobianos, saneantes e demais materiais médico-hospitalares, contribuindo e alertando sobre a			
---	--	--	--

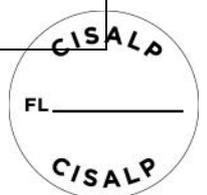




	<p>racionalização dos mesmos;</p> <ul style="list-style-type: none">- Promover investigação epidemiológica de surtos e implantar medidas imediatas de controle e contenção;- Elaborar, implementar e supervisionar normas e rotinas objetivando evitar a disseminação de germes hospitalares, por meio de medidas de isolamento e contenção;- Elaborar, implementar, divulgar e monitorar normas e rotinas visando a prevenção e o tratamento adequado das infecções hospitalares;- Elaborar e divulgar, periodicamente, relatórios dirigidos à autoridade máxima da instituição e às chefias dos serviços, contendo informações sobre a situação das infecções relacionadas à assistência à saúde na instituição. <p>Carga horária: Mínimo de 8 horas.</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
18.	<p>QUALIDADE E SEGURANÇA DOS PACIENTES EM AMBIENTES DE SAÚDE</p> <p>O curso de Segurança do Paciente é voltado para atualização, aperfeiçoamento e qualificação de profissionais de saúde.</p> <p>A abrangência são ações voltadas para redução do risco de dano no cuidado com a</p>	Por Participante	80	R\$ 200,00



<p>saúde do paciente e diminuir as ameaças mínimas, especialmente as que se refere a infecção e à ocorrência de eventos adversos, assim como oportunizar a segurança das cirurgias e outros serviços de saúde.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">- Introdução à qualidade em saúde e segurança do paciente;- Montar estratégias para segurança do paciente;- Cultura e Segurança em serviço de saúde;- Gerenciamento de risco;- Protocolos de segurança do paciente;- Mecanismos de identificação de pacientes em serviços de saúde;- Higiene das mãos e cirurgias seguras em serviços de saúde;- Comunicação efetiva;- Repasse sobre o Programa Nacional de Segurança ao paciente;- Processamento de produtos para saúde;- Prevenção de lesão por pressão;- Mecanismos para a prevenção de quedas dos pacientes;- Erros de medicação;- Investigação de eventos adversos em serviços de saúde;- Vigilância, notificação, monitoramento E investigação de incidentes relacionados à			
---	--	--	--





<p>assistência à saúde;</p> <ul style="list-style-type: none">- Métodos, técnicas e ferramentas de investigação de eventos adversos;- Métodos, Técnicas e Ferramentas de Investigação de eventos adversos;- Métodos, Técnicas e Ferramentas de eventos adversos (análise de causa raiz);- Principais passos da investigação de eventos adversos em serviços de saúde. <p>Carga horária: Mínimo de 8 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
---	--	--	--

9.4. Portanto, as informações de cálculo e os documentos que dão suporte e que integram a estimativa do valor da presente contratação seguirão em anexo a esse ETP em conjunto com a formalização de pesquisa de mercado.

9.5. A validade do Contrato será de 60 (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. A equipe de planejamento decidiu parcelar a solução, optando por aplicação de itens conforme local de atendimento, eis que mostra tecnicamente e economicamente viável a divisão da solução a ser contratada, abrindo vistas a vários prestadores aptos a buscarem o item aplicável a sua área de atuação, conforme sua formação técnica e profissional.

10.2. Desse modo, a solução parcelada para o CISALP tem a aplicabilidade mais eficiente, sendo que a contratação depende das demandas dos Entes Consorciados ou das demandas das clínicas médicas geridas pelo CISALP, podendo ser flutuante de mês para mês, além de ampliar o mercado para o objeto a ser licitado, tendo como finalidade buscar economia de escala e maior número de prestadores capacitados, além da viabilidade de reduzir custo médio do escopo da diluição dos custos fixos.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, uma vez que os serviços adquiridos contemplam a prestação do serviço incluindo todas as despesas agregadas para os serviços terceirizados.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

12.1. A presente contratação vai de encontro ao que o CISALP vem planejando para o cumprimento da prestação de seus serviços conforme demandas apresentadas pelo município, ao setor de agendamento e metas a serem cumpridas através do CEAE. São serviços que o Sistema Único de Saúde não oferece em número suficiente, sendo necessária a atuação do CISALP, enquanto parte da administração indireta dos municípios, promover meios, através dos instrumentos legais, de oferecer os serviços. Já para o CEAE, são estabelecidas cotas por município, através de regulamentações estaduais específicas do programa CEAE.

12.2. Tal previsão está contemplada no plano de Trabalho do CISALP e do CEAE, considerando que esse documento foi preparado pela equipe técnica de ambos estabelecimentos visando a sua implantação a ocorrer posteriormente.

13. ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO

13.1. O credenciamento é sistema por meio do qual a Administração Pública convoca todos os interessados em prestar serviços ou fornecer bens, para que preenchendo os requisitos necessários, credenciem-se junto ao órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados, permitindo que mais de uma empresa se habilite para prestar os serviços.

Assim, com a possibilidade de mais empresas prestadoras dos serviços, a facilidade no agendamento proporciona o atendimento do paciente em tempo hábil.

14. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Atendimento às necessidades dos entes consorciados e clínicas médicas geridas pelo CISALP ao encontro das necessidades do CISALP, não apresentando conflitos com os objetivos organizacionais relacionados à gestão das aquisições e contratações.

15. BENEFÍCOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

15.1. Com esta contratação, almeja-se atender às demandas específicas do CISALP e clínicas por ele geridas relacionadas à necessidade de contar com uma empresa especializada e eficaz na realização de serviços médicos especializados em média e alta complexidade, em áreas estratégicas. A proposta é garantir uma cobertura eficaz, contribuindo para uma rápida resposta às demandas eletivas e principalmente as emergenciais. A contratação busca otimizar o serviço, proporcionar celeridade na prestação de serviços e, conseqüentemente, contribuir para diagnósticos em tempo hábil, que promoverão saúde e maior sobrevivência dos pacientes, com redução de agravos e complicações. A contratação prevista neste estudo técnico tem como propósito fundamental impulsionar a efetividade das ações desenvolvidas na assistência médica. Ao garantir a oferta destes procedimentos médicos, mesmo em áreas desafiadoras, as empresas contratadas proporcionarão uma base sólida para a tomada de decisões médicas, visando resultados mais satisfatórios na prevenção e controle de doenças, bem como na resposta a emergências de saúde. Os serviços a serem contratados visam não apenas cumprir as demandas imediatas do CISALP, mas também buscar a potencialização das atividades e ações na área da saúde. A otimização desses processos resultará em uma resposta mais eficiente diante de desafios relacionados ao atendimento médico, permitindo uma atuação mais proativa e abrangente. Espera-se que estas contratações impulsionem a obtenção de resultados satisfatórios no atendimento, proporcionando uma abordagem mais assertiva, contribuindo para a promoção da saúde e a redução de impactos negativos nas condições clínicas dos pacientes. Assim, esta contratação não apenas atende às necessidades imediatas do CISALP e as clínicas por este geridas, mas também estabelece um arcabouço para um atendimento médico contínuo e eficaz, assegurando a proteção da população frente a demandas de saúde.

16. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

16.1. Vale salientar que, para a execução dos serviços, não há necessidade de adaptação física de salas do CISALP e/ou CEAE, considerando que todos os locais já estão devidamente aptos para tal objeto.

16.2. Para a execução do contrato, a CONTRATADA deverá dispor de insumos médicos, administrativos e recursos humanos capacitados para que o serviço seja realizado de forma adequada.



17. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

17.1. Os impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

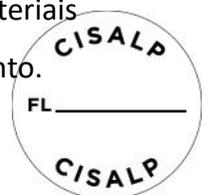
17.2. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Resolução RDC nº. 330, de 20 de dezembro de 2019, em especial nos arts. 44 a 49 da presente resolução.

17.3. A Contratada, deverá adotar, no que couber, as disposições Resolução RDC nº. 330, de 20 de dezembro de 2019, bem como quaisquer outras instruções vigentes no ordenamento jurídico (INMETRO, ANVISA, etc.), para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.

17.4. Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

17.5. Desta forma, os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes comprometidos com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

17.6. Neste sentido, os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.



17.7. Cabe ressaltar, que a Contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras (NBR), publicadas pelas ABNT no que tange ao presente objeto de contratação.

17.8. Por fim, os licitantes devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais.

18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

18.1. Tramitação virtual – toda a logística processual e de tratativas com os contratados deverão ocorrer, preferencialmente por meio eletrônico. Reduzindo assim, o alto consumo de papéis que poderiam causar danos ao meio ambiente.

Orientamos também aos contratados que:

- a) observem todas as normas expedidas pela ANVISA bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distritais e municipais.
- b) mantenham critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
- c) colaborem de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Recicláveis utilizando os recipientes adequados para cada material.
- d) mantenham critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis.

19. ANÁLISE DE RISCOS

19.1. O mapeamento da análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.

19.2. Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato. A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento.



Risco	Probabilidade	Impacto
Questionamentos excessivos referentes ao Edital de Chamamento Público	Baixa	Baixo
Item deserto com ausência de Prestador de Serviços Credenciado	Baixa	Alto
Contratada se recusar a assinar o contrato	Baixa	Alto
Incapacidade do credenciado em executar o contrato	Baixa	Alto

19.3. Tendo em vista que o mapeamento de riscos descreverá e avaliar as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, ela permeará todo processo de Contratação, conforme segue:

19.2.1. Riscos – Fase de Planejamento

RISCO 1		Deficiência na definição da demanda
Probabilidade	Média	Dano potencial
		Superdimensionamento ou subdimensionamento da demanda
Ação preventiva		Responsável
Qualificação da equipe de planejamento; conhecimento do escopo.		Equipe de planejamento da contratação
Ação de contingência		Responsável
Restabelecimento da demanda		Equipe de planejamento da contratação
RISCO 2		Não aprovação do Estudo Técnico Preliminar ou do Termo de Referência
Probabilidade	Baixa	Dano potencial
		Atraso no processo de contratação e, conseqüentemente, atraso no início da prestação do



		serviço.
Ação preventiva		Responsável
Instruir o ETP e o TR em estrita aderência as disposições dos normativos aplicados a contratação.		Equipe de planejamento da contratação
Ação de contingência		Responsável
Exposição do arcabouço legal em que a contratação dos serviços deva seguir.		Equipe de planejamento da contratação

19.2.2. Riscos- Fase da Licitação

RISCO 3		Deficiências do ato convocatório; critérios de julgamento, prazos e sanções, entre outros.
Probabilidade	Baixa	Dano potencial
		Encerramento da licitação.
Ação preventiva		Responsável
Capacitação de servidores; incorporar as atualizações da legislação (acórdãos TCU); estabelecer rotinas de revisão.		Equipe de licitação.
Ação de contingência		Responsável
Suspensão da licitação.		Equipe de licitação

19.2.3. Riscos - Gestão do Contrato

RISCO 4		Inércia frente a descumprimento de obrigações contratuais. Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato.
Probabilidade	Média	Dano potencial
		Deficiência na prestação dos serviços. Prejuízos financeiros a administração.
Ação preventiva		Responsável



Capacitação de servidores; conhecimento dos termos contratuais e do serviço a ser executado. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual.	Fiscal técnico e administrativo, gestor do contrato.
Ação de contingência	Responsável
Sanções administrativas. Responsabilização da gestão e fiscalização contratual.	Fiscal técnico e administrativo, gestor do contrato.
RISCO 5	Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada.
Probabilidade	Dano potencial
Alta	Responsabilização subsidiária da Administração.
Ação preventiva	Responsável
Capacitação de servidores. Previsão expressa no termo de contrato. Conhecimento dos termos contratuais. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual.	Equipe técnico e administrativo, gestor do contrato.
Ação de contingência	Responsável
Conferência rotineira do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciária e com FGTS da contratada	Fiscal técnico e administrativo, gestor do contrato.

20. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

20.1. A equipe de planejamento declara viável a contratação.

21. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

21.1. Com base nas informações levantadas ao longo do estudo preliminar, bem como em outros processos licitatórios executados pelo CISALP utilizando dos mesmos critérios de planejamento, e considerando o fornecimento de acordo com as reais necessidades dos estabelecimentos de saúde que necessitam destes serviços, considera-se haver viabilidade na aquisição, visto serem serviços essenciais à saúde humana.

22. RESULTADOS PRETENDIDOS

22.1. Pretende-se com a formação do credenciamento, obter um mecanismo ágil e seguro para realização de contratações, sem comprometimento da execução orçamentária.

Lagoa Formosa, 20 de maio de 2024.

LUDMILILA MAGALHÃES DE LIMA
Diretora Comercial do CISALP
Setor Requisitante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

ANEXO IX

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO.

1.1. Contratação através de Chamamento Público, objetivando o Credenciamento para contratação de empresas - pessoas jurídicas, especialistas na realização de cursos, capacitações e treinamentos de estabelecimentos de saúde, em atendimento a demanda do CISALP, e dos entes consorciados ao CISALP e das clínicas de especialidades médicas e com pagamento por contratação individualizada de produção (item), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. O objetivo é promover contratações simultâneas em condições padronizadas através da convocação de interessados em prestar serviços para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem para executar o objeto, quando convocados.

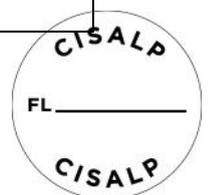
1.1.2. Inclui-se no objeto da contratação as despesas detalhadas neste documento, sendo o pagamento por item, mediante agendamento por parte do contratante e mediante realização do procedimento.

1.1.3. O serviço proposto também abrangerá os municípios que se consorciarem durante vigência do Contrato Administrativo e estabelecimentos geridos pelo CISALP.

1.2. Os municípios que compõem o CISALP, são:

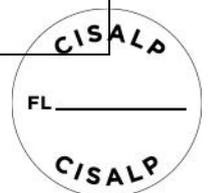
Municípios que compõem o CISALP

Arapuá, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Cabeceira Grande, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Conceição das Alagoas, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Dom Bosco, Frutal, Guarda Mor, Guimarânia, Ibiá, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Paracatu, Patos de Minas, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Pratinha, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Serra do Salitre, Tiros, Varjão de Minas e Vazante.



**1.3. Segue detalhamento dos serviços a serem contratados:**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (Por participante)
1.	<p>ACLS - ADVANCED CARDIOVASCULAR LIFE SUPPORT</p> <p>O ACLS aperfeiçoa competências para o atendimento de emergências, no suporte avançado de vida, como: arritmias, infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral e situações de parada cardiorrespiratória. O Treinamento é baseado na simulação de situações reais, nas quais os profissionais aprimoram, na prática, suas habilidades técnicas e não técnicas, como líder ou como membro de uma equipe de alto desempenho. O curso será para os acadêmicos e profissionais da saúde.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificação e tratamento precoce da parada respiratória ou da parada cardiorrespiratória;• Identificação e tratamento precoce de condições que são iminentes de parada cardíaca (bradiarritmias, traquiarritmias);• Reconhecimento e tratamento precoce de AVC;	Por Participante	80	R\$ 235,00





	<ul style="list-style-type: none">• Uso do desfibrilador manual automático e do desfibrilador não automático;• Avaliação dos esforços de ressuscitação durante PCR, com base na avaliação contínua dos itens que definem uma RCP de qualidade;• Fornecimento de feedback para o time da qualidade da RCP;• Manejo da via aérea;• Farmacologia relacionada com as emergências cardiovasculares;• Comunicação eficaz entre o líder e os membros da equipe durante uma situação de emergência;• Discussão sobre o seu de time de resposta rápida ou equipe de emergência médica para melhorar o cuidado com o paciente;• Definição dos sistemas de treinamento;• Cuidados pós-parada. <p>Carga Horária: Mínimo de 16 horas. Certificação: Internacional AHA. Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
2.	<p>TÉCNICAS DE CUIDADOS DE LESÕES, QUEIMADURAS E CONVULSÕES</p> <p>O atendimento Pré-Hospitalar é um atendimento primordial para a sobrevivência da vítima que sofre situações de risco de</p>	Por Participante	100	R\$ 200,00



	<p>vida, essa assistência é de vital importância pois assim, evita risco de lesões secundárias. O socorrista deve preocupar-se em triar, tratar e transportar a vítima de forma segura para receber o tratamento definitivo.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Biossegurança;• Primeiros Socorros relacionados a TR a traumas, nas Urgências e Emergências;• Anatomia e fisiologia humana básica;• Hemorragias;• Choques;• Lesões térmicas e ambientes (queimaduras);• Convulsões;• Desmaios. <p>Carga Horária: Mínimo de 16 horas</p> <p>Certificação: Nacional</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
3.	<p>BLS - BASIC LIFE SUPPORT (ADULTO E PEDIÁTRICO)</p> <p>O curso de BLS objetiva a qualificar o aluno quanto as noções básicas de primeiros socorros em situações de emergência – acidentes domésticos, engasgos de crianças, atendimento ao politrauma e PCR entre outros– enquanto se aguarda o atendimento dos profissionais do socorro.</p>	Por Participante	80	R\$ 235,00



<p>Neste curso de qualificação profissional, o aluno estará apto a realizar procedimentos básicos do primeiro atendimento, bem como reconhecer e informar sobre as medidas a serem tomadas, bem como o que não deve ser feito a fim de evitar o agravo da vítima. Ainda, atuar com eficiência nas situações de urgência/emergência definidas no conteúdo programático.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Primeiros Socorros: Caracterização, funções, aspectos fundamentais.• Acidentes: Características e tipologia.• Emergências: Gravidade da lesão e condição da vítima.• Cuidados gerais preliminares.• Parada Respiratória. Método de respiração.• Compressão Cardíaca.• Ferimentos: Superficiais e profundos; na cabeça.• Fraturas e Luxações.• Lesões na coluna vertebral.• Transportes de acidentados.• Queimaduras.• Hemorragias.• Estado de choque.• Envenenamentos.• Corpos estranhos.			
---	--	--	--



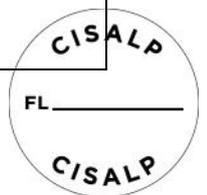
	<p>Carga horária: Mínimo de 8 horas.</p> <p>Certificação: Internacional. AHA</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
4.	<p>HUMANIZAÇÃO E ACOLHIMENTO</p> <p>Humanização na enfermagem é o efeito de olhar para um paciente em uma perspectiva mais integrada e completa e não apenas para as questões clínicas e assistenciais envolvidas no processo do adoecimento. Nesse sentido, cabe ao enfermeiro entender todas as queixas do paciente e intervir de forma gentil e acolhedora. Isso é feito com o objetivo de amenizar o sofrimento, melhorar a percepção dos problemas ou proporcionar mais conforto diante da situação vivenciada. Diante disso, a humanização da enfermagem tem como fundamento proporcionar assistência ao ser humano portador de uma condição clínica, considerando as questões psicológicas, sociais, religiosas e financeiras, entre outras variáveis que afetam o prognóstico do paciente.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• O princípio da humanização na enfermagem;• Assistência da enfermagem na abordagem individualizada;	Por Participante	100	R\$ 200,00



	<ul style="list-style-type: none">• Cordialidade e proximidade no cotidiano dos pacientes. <p>Carga Horária: Mínimo de 8:00 horas Certificação: Nacional. Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
5.	<p>INTRODUÇÃO E NOÇÕES BÁSICAS AO ELETROCARDIOGRAMA</p> <p>O ECG é um exame básico de triagem e diagnóstico, onde é possível verificar a saúde do coração do paciente e indicar tratamentos para eventuais condições que requerem intervenção médica. O CURSO será para os acadêmicos e profissionais da saúde, em conteúdo programático de:</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Revisão anatômica do coração, impulsos elétricos;• Técnica de registro do eletrocardiograma padrão;• Identificação das principais arritmias;• ECG nas síndromes coronarianas: alterações eletrocardiográficas;• ECG na Prática: Ritmos de PCR. <p>Carga horária: Mínimo de 8:00 horas Certificação: Nacional. Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>	Por Participante	80	R\$ 322,00
6.	<p>TÉCNICAS BÁSICAS DE PRIMEIROS SOCORROS</p> <p>Curso que tem como objetivo capacitar o</p>	Por Participante	200	R\$ 285,00



<p>colaborador no reconhecimento de uma Emergência Cardiovascular e como agir seguindo a Cadeia de Sobrevivência contida na diretriz de atendimento cardiovascular de emergência; treinar RCP em pacientes adultos, crianças, lactentes e RN; administrar O2 em PCR; treinar em time de resposta rápida à PCR e executar RCP em vítima de afogamento; com embasamento nas Recomendações para RCP. O CURSO será para os profissionais da saúde e leigos não treinados, incluso prática.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Conceitos de Primeiros Socorros e Características do Socorrista;• Mitos e Crenças limitantes dos Primeiros Socorros;• Segurança Avaliação da Cena;• Estabilização da Vítima;• XABCDE do trauma;• Traumas: Quedas, Queimaduras, Fraturas e Luxações, Ferimentos, Hemorragias e Choque Elétrico;• Bandagens e Controle de Hemorragias;• Ressuscitação Cardio Pulmonar – RCP;• Epistaxe (sangramento do nariz);• Intoxicação;• Convulsões;• Tontura e desmaio;• Afogamento;			
--	--	--	--





	<ul style="list-style-type: none">• Desmaios;• Envenenamento;• Suporte Básico de Vida no Lactente/Criança. <p>Carga horária: Mínimo de 16:00 horas</p> <p>Certificação: Nacional</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
7.	<p>INTRODUÇÃO AO PROTOCOLO DE MANCHESTER</p> <p>O Protocolo de Manchester consiste em uma triagem de classificação de risco, na qual a gravidade dos casos é determinada por cores. Os profissionais de saúde responsáveis devem realizar uma avaliação sobre o quadro clínico em que o paciente se encontra para colocar nele uma pulseira com a cor correspondente à gravidade do caso.</p> <p>Nesta etapa não se deve buscar um diagnóstico, somente a identificação do risco daquele quadro. Essa triagem é feita por um profissional de nível superior, Médico ou Enfermeiro, que possua boa comunicação, capacitação e conhecimento clínico.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Protocolo de Manchester: conceito, história e evolução;• Objetivos e benefícios do uso do protocolo;	Por Participante	250	R\$ 200,00



	<ul style="list-style-type: none">• Classificação de pacientes: categorias de triagem no Protocolo de Manchester e o uso das cores. <p>Carga horária: Mínimo de 8:00 horas</p> <p>Certificação: Nacional</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
8.	<p>AVALIAÇÃO DAS VIAS AÉREAS/ INTUBAÇÃO</p> <p>Curso de imersão teórico-prático, que aborda o manejo das vias aéreas em diferentes cenários, capacitando o aluno para antecipação das dificuldades, preparação de planos alternativos, avaliação da via aérea e no uso dos dispositivos para intubação traqueal. Proporciona treinamento de habilidades de ventilação com máscara facial, laringoscopia com diferentes lâminas, dispositivos supraglóticos, uso do Bougie, dispositivos ópticos e via aérea cirúrgica, adequando os equipamentos e medicações para analgesia, sedação e bloqueio neuromuscular, de acordo com cada situação.</p> <p>Conteúdo do Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Preparação para manejo da via aérea;• Algoritmos em via aérea;• Conceitos importantes: tentativa ótima de laringoscopia, denitrogenação, posição olfativa, indução em sequência	Por Participante	80	R\$ 581,32



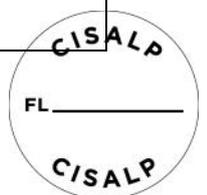
	<p>rápida e planos alternativos;</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação da via aérea: como reconhecer uma via aérea difícil?• Conhecendo os dispositivos: cânulas, tubos, laringoscópios, lâminas, unidades ventilatórias.• Bougie, máscara laríngea, tubo laríngeo, combitube e estilete luminoso;• Medicamentos para indução da intubação: analgésicos, hipnóticos e bloqueadores neuromusculares. Quando e quanto usar? <p>Carga Horária: Mínimo de 12: 00 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
9.	<p>VENTILAÇÃO MECÂNICA BÁSICA</p> <p>O conhecimento do manejo da via aérea e da ventilação mecânica são de fundamental importância para o tratamento de pacientes adultos com insuficiência respiratória aguda ou no intra e pós-operatório. Neste curso você vai vivenciar o manejo da via aérea artificial bem como o manuseio do ventilador mecânico em diversos cenários clínicos. Público alvo: médicos, fisioterapeutas e enfermeiros (e estudantes de graduação destas áreas).</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Introdução a ventilação mecânica e não	Por Participante	80	R\$ 326,00



	<p>invasiva;</p> <ul style="list-style-type: none">•Anatomia cardíaca;•Anatomia pulmonar;•Fisiologia cardíaca;•Fisiologia pulmonar;•Indicação;•Contraindicação; <p>Carga Horária: Mínimo de 12:00 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
10.	<p>VENTILAÇÃO MECÂNICA AVANÇADA</p> <p>Neste curso será apresentado técnicas e os conceitos fisiopatológicos, o manejo de vias aéreas e os modos ventilatórios avançados. Existem diversas formas de estabelecer uma via aérea artificial e no uso de ventilação artificial (mecânica), sendo extremamente importante o entendimento de cada uma delas, assim como os cuidados necessários durante a prática, a fim de minimizar riscos enquanto estratégia de tratamento. Neste curso você vai vivenciar o manejo da via aérea artificial bem como o manuseio do ventilador mecânico em diversos cenários clínicos. Público alvo: médicos, fisioterapeutas e enfermeiros (e estudantes de graduação destas áreas).</p> <p>Conteúdo Programático:</p>		80	R\$581,32



	<ul style="list-style-type: none">• Introdução a ventilação mecânica;• Fisiologia cardíaca;• Fisiologia pulmonar;• Gasometria arterial e mecanismo de anidrase carbônica;• Av-vc, Ac-pc, Espontânea – psv, Bpa – bilevel, Cpap, Vmni;• Interface;• Modalidades; <p>Carga Horária: Mínimo de 12:00 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
11.	<p>TÉCNICAS DE TRATAMENTO, MANEJO E CURATIVOS DE FERIDAS</p> <p>A cicatrização tecidual é um processo complexo influenciado por diversos fatores que incluem desde alterações no local da lesão até aspectos mais globais, como alimentação e doenças crônicas. Saber avaliar os diferentes tipos de tecidos e lesões, bem como conhecer o modo de vida dos usuários acometidos por esses problemas é fundamental para a adoção de tratamento adequado. Nos serviços de atenção primária, o cuidado às pessoas com lesões pode se desenvolver tanto no interior das unidades básicas como no próprio domicílio do usuário, e em todos eles, é possível proporcionar uma</p>	Por Participante	100	R\$ 200,00





	<p>assistência de qualidade. Desenvolver o cuidado à saúde nesse último cenário permite ainda a compreensão do contexto familiar e social dos usuários que vivem com tais agravos.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificar os vários tipos de afecções que acometem a pele.• Compreender a influência dos diferentes fatores locais e sistêmicos sobre as lesões.• Principais tratamentos indicados para os tipos de lesões;• A importância e utilização da Escala de Braden;• Atuar no cuidado à pessoa acometida por lesões no contexto da APS. <p>Carga horária: Mínimo de 12 horas Certificação: Nacional. Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
12.	<p>COMPREENDENDO A ATENÇÃO BÁSICA E SUAS METAS</p> <p>O conhecimento do programas e ações voltadas para promoção, proteção da saúde e prevenção de agravos desenvolvidas pelas UBS são importantes atividades desenvolvidas na Saúde Pública e vem acompanhadas de cumprimento de</p>	Por Participante	100	R\$ 200,00



	<p>metas estabelecidas pelo estado e são essenciais para a minimização de patologias e doenças que causam danos à saúde da população.</p> <p>Desta forma, o conhecimento destas ações são de extrema importância uma vez que, fortalece as ações preventivas e propõe colocar na prática todos os recursos para aplicabilidade.</p> <p>A proposta do curso é vivenciar todo o processo realizado pelas UBS desde o acolhimento dos usuários até o cumprimento de metas. Público alvo: médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, recepcionistas, agentes de saúde e de endemias.</p> <p>Carga horária: Mínimo de 8 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
13.	<p>PLANEJAMENTO E GESTÃO NO SUS</p> <p>O planejamento de atividades no âmbito do SUS são essenciais para uma boa gestão e para estabelecimento de um fluxo congruente conforme necessidades territoriais. O curso auxilia na elaboração de um planejamento adequado para atender todos os indicadores que são avaliados dentro dos municípios e que atendem os anseios da gestão pública.</p>	Por Participante	80	R\$ 135,00



	<p>Além disso, orienta quais são os meios legais de realizar um Plano de Trabalho Anual, Programações Anuais de Saúde, Relatórios Quadrimestrais e Relatório Anual de Gestão. Além disso, disponibiliza auxílio na formatação de melhores estratégias em saúde e na maneira adequada de gerenciar os recursos, garantindo assim, melhorias conforme legislação.</p> <p>Carga horária: Mínimo de 10 horas</p> <p>Certificação: Nacional</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
14.	<p>ASSISTÊNCIA E GESTÃO DE ENFERMAGEM EM UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA</p> <p>O enfermeiro é um dos principais membros dentro de uma USF, neste sentido a capacitação deste profissional é de grande importância para organização do serviço e desempenho de suas atividades de forma correta. Neste curso será ofertado aos profissionais o formato e manejo indispensável para realização de uma gestão eficaz e resolutiva dentro das unidades. Desta forma, será apresentado quais são os melhores direcionamentos para uma gerência apropriada e quais os meios para melhor organização dos serviços e programas de saúde, projetos</p>	Por Participante	80	R\$ 199,90



	<p>governamentais e não governamentais e planejamentos em saúde para elaboração, coordenação e execução de projetos de intervenção.</p> <p>Carga horária: Mínimo de 10 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
15.	<p>FORMAÇÃO DE BRIGADISTAS DE INCÊNDIO</p> <p>O treinamento de brigada de incêndio é um curso obrigatório para obtenção ou renovação do AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro.</p> <p>Este treinamento visa o grau de risco, tipo de ocupação, tamanho da população da edificação, formas de prevenção e combate de um princípio incêndio.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">- Noções da utilização adequada de equipamentos com extintores e hidrantes;- Formas de manejo dos ocupantes/presentes em locais de risco e orientações sobre abandono do local;- Identificação de situações emergenciais;- Acionamento do alarme de incêndio;- Contatar o Corpo de Bombeiros;- Prevenção, isolamento e extinção de pequenos focos de incêndio;- Técnicas e primeiros socorros;	Por Participante	80	R\$ 170,00



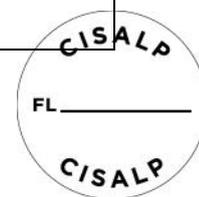
	<p>O curso de brigada deverá ser ministrado por profissional capacitado, sendo ele bombeiro militar ou engenheiro técnico de segurança do trabalho.</p> <p>Carga horária: Mínimo de 8 horas.</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
16.	<p>TÉCNICAS BÁSICAS PARA VIGILANTE/PORTEIRO/SEGURANÇA</p> <p>Este treinamento tem como objetivo a proteção do patrimônio público e a melhoria nas condições de segurança para seus colaboradores, usuários e prestadores de serviços que utilizam os espaços públicos.</p> <p>O curso oferece também orientações como boa desenvoltura, formas de relacionar com as pessoas, ser atencioso, prestativo e atento as movimentações.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Noções de segurança;• Prevenção de acidentes;• Vigilância em geral;• Defesa pessoal;• Noções de segurança eletrônica;• Primeiros socorros;• Relação humanas no trabalho;• Legislação aplicada a direitos humanos	Por Participante	100	R\$ 389,00



	<p>e temas relevantes para a profissão;</p> <ul style="list-style-type: none">• Apresentação e postura profissional;• Comunicação nas atividades de portaria: verbal, escrita e gestual;• Técnicas e tipos de atendimento: personalizados, diferenciados (idosos, crianças, pessoas com deficiência, gestantes), presenciais, eletrônicos, telefônicos e impressos);• Procedimentos de passagem de turno.• Código Penal relacionado a conduta de porteiro/vigia;• Segurança do trabalho: sinalização de segurança (NR 26). <p>Carga horária: Mínimo de 12 horas. Certificação: Nacional. Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
17.	<p>NOÇÕES BÁSICAS DE COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR - CCIH</p> <p>O curso de Noções de CCIH é imprescindível por orientar os profissionais de saúde quanto aos riscos causados pela transmissão de microrganismos patogênicos e tem como objetivo orientar os profissionais sobre a elaboração, monitorização e minimização e controle de infecções hospitalares.</p>	Por Participante	80	R\$ 200,00



<p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none">- Noções de como elaborar, implementar e monitorar o Programa de Controle de Infecção Hospitalar;- Implantar e acompanhar um Sistema de Vigilância Epidemiológica para monitoramento das infecções relacionadas à assistência à saúde;- Desempenhar e supervisionar normas e rotinas, visando a prevenção e o controle das infecções relacionadas à assistência à saúde;- Desenvolver treinamentos e capacitações do quadro de profissionais da instituição, no que diz respeito à prevenção e controle das infecções relacionadas à assistência à saúde, através de Educação Continuada;- Participar, em cooperação com as Comissões/setores, da elaboração de políticas na utilização de agentes químicos, biológicos, antimicrobianos, saneantes e demais materiais médico-hospitalares, contribuindo e alertando sobre a racionalização dos mesmos;- Promover investigação epidemiológica de surtos e implantar medidas imediatas de controle e contenção;- Elaborar, implementar e supervisionar normas e rotinas objetivando evitar a disseminação de germes hospitalares, por			
---	--	--	--

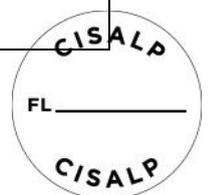




	<p>meio de medidas de isolamento e contenção;</p> <ul style="list-style-type: none">- Elaborar, implementar, divulgar e monitorar normas e rotinas visando a prevenção e o tratamento adequado das infecções hospitalares;- Elaborar e divulgar, periodicamente, relatórios dirigidos à autoridade máxima da instituição e às chefias dos serviços, contendo informações sobre a situação das infecções relacionadas à assistência à saúde na instituição. <p>Carga horária: Mínimo de 8 horas. Certificação: Nacional. Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
18.	<p>QUALIDADE E SEGURANÇA DOS PACIENTES EM AMBIENTES DE SAÚDE</p> <p>O curso de Segurança do Paciente é voltado para atualização, aperfeiçoamento e qualificação de profissionais de saúde.</p> <p>A abrangência são ações voltadas para redução do risco de dano no cuidado com a saúde do paciente e diminuir as ameaças mínimas, especialmente as que se refere a infecção e à ocorrência de eventos adversos, assim como oportunizar a segurança das cirurgias e outros serviços de saúde.</p> <p>Conteúdo Programático:</p>	Por Participante	80	R\$ 200,00



<ul style="list-style-type: none">- Introdução à qualidade em saúde e segurança do paciente;- Montar estratégias para segurança do paciente;- Cultura e Segurança em serviço de saúde;- Gerenciamento de risco;- Protocolos de segurança do paciente;- Mecanismos de identificação de pacientes em serviços de saúde;- Higiene das mãos e cirurgias seguras em serviços de saúde;- Comunicação efetiva;- Repasse sobre o Programa Nacional de Segurança ao paciente;- Processamento de produtos para saúde;- Prevenção de lesão por pressão;- Mecanismos para a prevenção de quedas dos pacientes;- Erros de medicação;- Investigação de eventos adversos em serviços de saúde;- Vigilância, notificação, monitoramento E investigação de incidentes relacionados à assistência à saúde;- Métodos, técnicas e ferramentas de investigação de eventos adversos;- Métodos, Técnicas e Ferramentas de Investigação de eventos adversos;- Métodos, Técnicas e Ferramentas de eventos adversos (análise de causa raiz);			
---	--	--	--





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

<p>- Principais passos da investigação de eventos adversos em serviços de saúde.</p> <p>Carga horária: Mínimo de 8 horas</p> <p>Certificação: Nacional.</p> <p>Turmas com no mínimo 10 pessoas.</p>			
---	--	--	--

1.4. A validade do Contrato será de 60 (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à sua formalização, validade e demais condições.

1.6. A maior vantagem apresenta-se pela possibilidade de mais empresas prestadoras dos serviços se credenciarem, agilizando o agendamento e conseqüentemente, um atendimento do paciente em tempo hábil e menor custo gerando economicidade para a administração.

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, conforme Decreto nº 5.401/2023.

1.8. Por se tratar de serviços, o objeto deste termo não possui marca nem padronização.

1.9. O Contratante não se obriga a contratar todos procedimentos, mas sim, a quantidade necessária para atender a demanda dos municípios.

1.10. Os procedimentos ora contratados estão referidos a base territorial populacional dos municípios consorciados, serão ofertados conforme indicações técnicas de planejamento da saúde, compatibilizando-se demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

1.11. Para todos os procedimentos de serviços terceirizados, sem exceção, estão inclusos mão de obra completa, equipamentos, suprimentos de qualquer espécie e instalações físicas necessárias para sua realização, conforme descrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), salvo disposição em contrário prevista expressamente no Contrato.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.





3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. O objeto visa Contratação através de Chamamento Público, objetivando o Credenciamento para contratação de empresas - pessoas jurídicas, especialistas na realização de cursos, capacitações e treinamentos de estabelecimentos de saúde, em atendimento a demanda do CISALP, e dos entes consorciados ao CISALP e das clínicas de especialidades médicas e com pagamento por contratação individualizada de produção (item), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

3.2. Demais descritivos como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Competirá ao CISALP:

4.1.1. Acompanhar e fiscalizar o contrato por 1 (um) ou mais fiscais, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

4.1.2. Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato.

4.1.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelo contratado.

4.1.4. Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato.

4.1.5. Efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, dentro dos prazos previstos no contrato, no edital de credenciamento e na legislação.

4.1.6. Realizar a conferência e monitoramento dos códigos dos procedimentos realizados.

4.1.7. Vistoriar periodicamente as instalações do prestador contratado a fim de verificar se as condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do Contrato continuam as mesmas.

4.1.8. Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na execução dos serviços contratados.





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

4.1.9. Aplicar as sanções e penalidades previstas neste Termo de Referência e na Lei 14.133/2021. 4.1.10. Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do CISALP, no prazo estabelecido na lei.

4.1.11. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso Público ao Relatório de Gestão Fiscal.

4.1.12. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos credenciados com relação ao objeto desta licitação.

4.1.13. Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o objeto da licitação, sendo o gestor deste contrato.

4.1.14. É vedada a cobrança de valores, direta ou indiretamente ao usuário do SUS, assim, como solicitar doações ou que o mesmo forneça material para a realização dos serviços ofertados.

4.2. Competirá ao município:

4.2.1. Nomear um colaborador responsável por alimentar o sistema de agendamentos.

4.2.2. Realizar todos os agendamentos através do sistema específico.

4.2.2. Toda a comunicação com o CISALP deverá ser realizada via e-mail; para casos estritamente emergenciais, realizar contato pelo WhatsApp.

4.2.6. Exigir e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato.

4.2.7. Comunicar a contratada qualquer ato complementar e que impossibilite a realização do serviço.

4.2.8. Encaminhar o faturamento nas datas estabelecidas pelo CISALP.

4.2.9. Realizar os repasses financeiros ao CISALP, conforme datas e critérios estabelecidos.

4.2.10. É vedada a cobrança de valores, direta ou indiretamente ao usuário do SUS, assim, como solicitar doações ou que o mesmo forneça material para a realização dos serviços ofertados pelo CISALP.

4.3. Competirá ao Contratado

4.3.1. Executar os termos do instrumento contratual em conformidade com as especificações básicas constantes do edital.

4.3.2. Ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem,





alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento.

4.3.3. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

4.3.4. Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional, quando couber.

4.3.5. Justificar ao órgão ou entidade contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização do serviço, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual termo aditivo para alteração do prazo de execução.

4.3.6. Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe proibida a subcontratação do objeto sem previsão editalícia e autorização expressa do órgão ou entidade contratante.

4.3.7. Manter disciplina nos locais dos serviços, quando for o caso, retirando imediatamente após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo órgão ou entidade contratante.

4.3.8. Cumprir ou elaborar em conjunto com o órgão ou entidade contratante o planejamento e a programação do trabalho a ser realizado, bem como a definição do cronograma de execução das tarefas.

4.3.9. Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades do órgão ou entidade contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços, quando for o caso.

4.3.10. Apresentar, quando solicitado pelo órgão ou entidade contratante, relação completa dos profissionais, indicando os cargos, funções e respectivos nomes completos, bem como o demonstrativo do tempo alocado e cronograma respectivo, quando couber.

4.3.11. Apresentar à Contratada, sempre que solicitado, a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

4.3.12. Manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os





documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado.

4.3.13. Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato.

4.3.14. Assegurar o funcionamento em perfeitas condições para a realização dos serviços ora propostos e nos casos que demandarem o uso de equipamentos que possam apresentar problemas técnicos ou que necessitem de manutenção ou substituição, bem como, a ausência temporária de profissionais, deverá ser comunicado imediatamente CISALP, com a proposta de solução visando a NÃO interrupção dos serviços.

4.3.15. Garantir as condições técnicas e operacionais para a manutenção das licenças e alvarás nas repartições competentes, necessárias à execução dos serviços, objeto do presente instrumento, bem como do CNES.

4.3.16. Providenciar imediata correção das não conformidades apontadas pelo contratante, quanto à execução e a qualidade da assistência.

4.3.17. A contratada estabelecerá normas e rotinas institucionais que melhor atendam à execução dos serviços prestados aos usuários do SUS.

4.3.18. Alimentar os sistemas de informações necessários a execução do serviço e outros que venha a ser implementado no âmbito SUS e do CISALP.

4.3.19. O contratado deverá obedecer e se enquadrar ao sistema de informatização do CISALP, bem como normas instituídas, assim que os mesmos forem implantados.

4.3.20. Seguir normas Sanitárias Federal, Estadual e do contratante.

4.3.21. Manter a garantia e a qualidade da prestação dos serviços ora contratados.

4.3.22. Deverá ser informado à Diretoria de Regulação do CISALP sobre as não conformidades detectadas nos agendamentos feitos pelos municípios consorciados.

4.3.23. No tocante à prestação dos serviços serão cumpridas as seguintes normas:

a) atender o usuário conforme os princípios do SUS, com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário.

b) é vedada a cobrança de valores, direta ou indiretamente ao usuário do SUS, assim, como solicitar doações ou que o mesmo forneça material para a realização dos procedimentos.





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

- c) o prestador será responsável por cobranças indevidas realizadas aos usuários do SUS, mesmo que essas sejam realizadas por seus funcionários.
- d) esclarecer ao usuário do SUS sobre seus direitos e assuntos pertinentes.
- e) responsabilizar por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vierem causar ao SUS e/ou usuário.
- f) não utilizar, nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, sem aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.
- g) garantir a confidencialidade e confiabilidade dos dados e informações dos usuários ao CISALP, ao paciente, ou seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos serviços.
- h) garantir a desinfecção, esterilização e antisepsia, em perfeitas condições com as normas técnicas vigentes, bem como assegurar o uso adequado dos equipamentos. Deverá também garantir o funcionamento das instalações hidráulicas, elétricas e de gases em geral, para a correta prestação dos serviços ora contratados.
- i) permitir acesso de funcionários, eventual ou permanentemente designados pelo CISALP, para supervisionar, acompanhar e auditar a execução dos serviços prestados.
- j) a fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelos órgãos competentes do CISALP, não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador nos termos das legislações referentes às licitações e contratos administrativos.
- k) não negar atendimento ao paciente encaminhado pelo contratante no que se refere aos serviços ora agendados.
- l) a responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por imperfeições relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- m) cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas por força deste Termo de Referência/ Projeto Básico.
- n) sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização, da auditoria e da normatividade suplementar exercidos pelo CISALP sobre a execução do objeto do Contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa nos termos da Lei Federal nº. 8.080/90, do Decreto Federal nº. 1.651/95.





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

o) a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

p) diante impossibilidade de cumprir com o agendamento, comunicar o contratante com até no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência a data do procedimento.

4.3.24. O serviço proposto também abrangerá os municípios que se consorciarem durante vigência do Contrato Administrativo e estabelecimentos geridos pelo CISALP.

4.3.25. Os municípios que compõem o CISALP, são:

Municípios que compõem o CISALP

Arapuá, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Cabeceira Grande, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Conceição das Alagoas, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Dom Bosco, Frutal, Guarda Mor, Guimarães, Ibiá, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Paracatu, Patos de Minas, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Pratinha, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Serra do Salitre, Tiros, Varjão de Minas e Vazante.

4.3.26. Além dos requisitos da contratação já previstos no ETP e que seguem em anexo a esse termo de referência, deverá ser observado o que segue:

Subcontratação

A subcontratação do objeto contratual deverá ser submetida a análise prévia da contratante.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelo tipo do objeto a ser contratado.

Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Critério de Julgamento

A admissão do credenciamento será feita mediante comprovação dos documentos exigidos no edital.



Regime de execução

O regime de execução do contrato será mediante demanda apresentada pelo contratante.

Requisitos da Contratação Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Alteração Subjetiva

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no processo original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do processo.

Termo de Contrato ou Instrumento equivalente

Após a homologação do credenciamento, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, o qual poderá ser a Nota de Empenho.

Alocação de riscos Previstos e Presumíveis

A responsabilidade pelos ônus financeiros decorrentes de situações futuras e incertas – riscos que possam ocorrer depois da apresentação da proposta para credenciamento – definindo a condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato será gerenciada pela contratante.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Fase 01: Credenciamento.

Primeiramente o prestador será credenciado ao CISALP mediante apresentação completa da documentação exigida no edital.

Fase 02: Apresentação da Demanda.

1. O CISALP solicitará formalmente ao prestador a liberação de agenda para marcação do procedimento.
2. O prestador será notificado em tempo hábil da relação de procedimentos agendados.

Fase 03: Pagamento.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

1. O prestador emitirá a Nota Fiscal relativa aos serviços executados, à diretoria financeira do CISALP, a qual efetuará a análise e determinará a liquidação.
2. A execução do serviço deverá iniciar em até 1 (um) dia útil após assinatura do contrato (conforme demanda apresentada pelo município).
3. Os procedimentos deverão ser realizados por profissionais devidamente qualificados e registrados no respectivo conselho de classe.
4. Todos os serviços ofertados pelo proponente deverão ser obrigatoriamente executados, estando sujeito as sanções previstas neste Termo de Referência/ Projeto Básico.
5. Considera-se integrado ao valor total do item, todos os encargos fiscais, tributários e trabalhistas, despesas vinculadas a execução do serviço, com exceção do material que seguirá os critérios estabelecidos na cláusula 4.0 deste documento.
6. Todo e qualquer material necessário para a realização dos procedimentos (serviços terceirizados) é de exclusiva responsabilidade do Contratado.
7. Todas as despesas tributárias, deslocamento, alimentação é de exclusiva responsabilidade do Contratado.
8. Na execução dos procedimentos, o prestador deverá atender às necessidades, condições e normas fixadas pelo CISALP, estar em consonância com as legislações descritas, atinentes à prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência/ Projeto Básico, visando garantir a qualidade dos mesmos aos usuários do SUS.
9. A Portaria de Consolidação nº 01/2017, do Ministério da Saúde que dispõe sobre a participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde e o credenciamento de prestadores para execução dos serviços de saúde no Sistema Único de Saúde. 5.6.2. A Resolução RDC nº 50 de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para Planejamento, Programação, Elaboração e Avaliação dos Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde.
10. A Resolução RDC nº 63 de 25 de novembro de 2011, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os serviços de saúde.
11. A Resolução RDC nº 509 de 27 de maio de 2021, que dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde.





12. Os prestadores que realizarão procedimentos deverão dispor de acesso específico para as pessoas com deficiência física, conforme o disposto na ABNT /NBR 9050/2020 e demais legislações aplicáveis.
13. Não poderá haver qualquer distinção entre o atendimento destinado aos pacientes encaminhados pelo CISALP/municípios consorciados e os demais pacientes atendidos pelo prestador.
14. A distribuição de procedimentos por prestador, será conforme a análise de cada município, o qual é responsável pelos agendamentos. O mesmo seguirá critérios de logística, disponibilidade de agenda do prestador e demais critérios que proporcionarão eficiência na oferta dos serviços.
15. Cada município utilizará de critérios próprios para realizar os agendamentos (quantitativos, procedimentos ofertados, ordem de agendamento, prioridades, etc).
16. Sobre os procedimentos, após o agendamento no sistema de informação, a contratada é obrigada a confirmar (receptionar) no sistema a realização ou não do exame. Para que posteriormente o responsável pelo faturamento do CISALP, envie o relatório ao setor de faturamento/SMS para pagamento da produção confirmada.
17. Para os serviços próprios, ficará a cargo do CISALP e municípios, definir agendas e horários mediante disponibilidade do profissional.
18. Para atendimentos próprios realizados na sede dos entes consorciados, fica o município responsável em informar o local. Neste caso, é facultado ao município, o pagamento do item - taxa de deslocamento para o profissional.
19. A execução contratual observará as rotinas que foram detalhadas no estudo técnico preliminar.
20. Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
O prazo de garantia contratual será conforme estabelecido no edital.

6. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

6.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



6.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

6.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

6.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

6.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo 7 aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

6.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

6.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

6.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

6.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para o e-mail: licitacao@cisalp.mg.gov.br para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.8. Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.8.1. Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Resolução nº 04/2023 do CISALP).

O fiscal técnico do contrato poderá anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria 012/2024 do CISALP).

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Resolução nº 04/2023 do CISALP).

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Portaria 012/2024 do CISALP).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Portaria 012/2024 do CISALP).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Portaria 012/2024 do CISALP).

7.8.2. Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Portaria 012/2024 do CISALP).

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Portaria 012/2024 do CISALP).

7.9. Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando quando necessário e pertinente, relatório com vistas à

verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Portaria 012/2024 do CISALP).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Portaria 012/2024 do CISALP).

O gestor do contrato anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Portaria 012/2024 do CISALP).

O gestor do contrato emitirá, quando necessário e pertinente, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Portaria 012/2024 do CISALP).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Resolução nº 04/2023 do CISALP).

O gestor do contrato deverá elaborar, quando for o caso, relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Portaria 012/2024 do CISALP).

O gestor do contrato, quando for o caso, deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os serviços serão prestados e após, será emitido um instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior

verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. O profissional deverá agir sempre para expor o paciente ao menor risco de vida possível. Constatadas irregularidades na prestação dos serviços, o contratante poderá: a) se disser respeito à execução do serviço, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando que o mesmo seja executado novamente, sem custo adicional, considerando a situação de saúde do paciente; bem como poderá proceder com a rescisão da contratação, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. Qualquer intercorrência durante a execução do serviço, o contratado deverá imediatamente comunicar o contratante e tomar todas as providências necessárias a manter a saúde do paciente.

8.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento do serviço não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.



Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato (CNPJ e nome do fornecedor com atenção para os casos de matriz e filial) e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.10.1. O prazo para a correção de que trata o item 8.10 por parte do fornecedor/prestador de serviço será de 2 (dois) dias úteis.

8.10.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o fornecedor/prestador de serviço será informado pelo setor competente através de e-mail previamente informado pelo fornecedor/prestador de serviço.

8.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente sempre que possível deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF que abrangerá o nível NÍVEL III (Regularidade fiscal e trabalhista federal) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).





8.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

8.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária. Forma de pagamento.

8.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente jurídica indicados pelo contratado.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



8.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

8.23. Para a presente aquisição/prestação de serviço nos pagamentos NÃO observarão condições semelhantes às do setor privado por não ser conveniente ao CISALP essa forma de pagamento.

Das Retenções Fiscais

8.24. DO IMPOSTO DE RENDA: Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução nº 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

8.25. DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL: Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.

8.26. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO) - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

8.27. A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

9. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA E DA HABILITAÇÃO

9.1. Serão consideradas aptas à avaliação técnica todos os estabelecimentos que apresentarem os documentos solicitados no Item 11.7 conforme o art. 62 da Lei 14.133/21.

9.1.1. Os estabelecimentos que não atenderem aos requisitos exigidos pelo presente Termo de Referência/ Projeto Básico não serão credenciados.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Poderão participar todos os interessados que se apresentarem para credenciamento a qualquer momento, durante a vigência do Edital, que estejam cumprindo as normas técnicas e administrativas aplicáveis e aos princípios e diretrizes do SUS, bem como as normas Sanitárias: Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto, atendendo integralmente ao disposto no Edital de Chamamento Público e seus anexos.

10.2. Os interessados deverão aceitar os valores referentes à realização dos procedimentos constantes neste Termo de Referência/Edital e os reajustes seguirão os critérios legais.

10.3. Todos os interessados em prestar os serviços objeto deste credenciamento deverão participar do chamamento, **INCLUSIVE AS EMPRESAS JÁ CREDENCIADAS**, igualmente obrigadas a apresentar a documentação exigida e demonstrar o cumprimento dos requisitos deste Projeto Básico/ Termo de Referência edital e legislações vigentes.

10.3.1. O regime de execução do contrato é o constante nesse Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

Da Solicitação de Credenciamento

10.4. Os interessados deverão apresentar sua oferta em consonância com sua capacidade técnica operacional, devidamente cadastrada no CNES e identificados como prestador de serviços SUS.

10.5 A empresa credenciada somente fará jus aos valores correspondentes à realização dos procedimentos, previamente encaminhados, quando autorizados pelo contratante e efetivamente prestados.

10.6. Fica a critério do contratante, o remanejamento nos quantitativos dos procedimentos elencados.

10.7. Da apresentação dos documentos



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos, os quais serão conferidos pelo funcionário do CISALP nomeado para este fim.

- a) Ficha de solicitação de credenciamento (ANEXO I do Edital);
- b) Relação nominal dos profissionais que compõe a equipe técnica do serviço informando, o nome, CPF, cargo, função, número de inscrição no Conselho de Classe devidamente atualizada e assinada pelo Responsável Técnico do estabelecimento de saúde (ANEXO III do Edital);
- c) Documento atualizado que comprove a inscrição da empresa no CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, compatível ao objeto contratado, contendo obrigatoriamente a informação: PRESTADOR DE SERVIÇOS SUS: SIM, bem como a relação atualizada da equipe técnica de profissionais (documento impresso do site <http://cnes.datasus.gov.br>);
- d) Relação de aparelhos eletrônicos que serão utilizados na realização dos serviços, assim como, ficará a critério do contratante a solicitação de documentos que comprovem a execução das respectivas manutenções preventivas e/ou corretivas (quando couber).
- e) Licença Sanitária Municipal da empresa participante, em vigor, para prestar o serviço a ser contratado, quando o couber;
- f) Licença de Funcionamento ou sua justificada dispensa conferida por órgão sanitário (art. 51 da Lei Federal nº 6.360/76 e Decreto nº 8077/2013);
- g) Certificado de Regularidade da Empresa junto ao Conselho Regional de Medicina em plena validade;
- h) Documento comprobatório de vínculo do Responsável Técnico (de todas as especialidades) com a Empresa Licitante;
- i) Declaração de concordância com os preços dos serviços constantes no rol deste Termo de Referência/ Projeto Básico (ANEXO II do Edital).

Exigências de Habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.7.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).





- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- f) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Do Credenciamento dos Interessados

O credenciamento dos prestadores ocorrerá nas seguintes condições:

10.8. Todo prestador que atender às condições estabelecidas neste Termo de Referência/ Projeto Básico, Edital e seus ANEXOS serão credenciados.

10.9. Serão selecionados para contratação somente os estabelecimentos de saúde que efetivamente encontram-se em atividade, com capacidade técnica para realizar procedimentos, seguindo o fluxo de autorização e encaminhamento definido pelo CISALP.

10.10. O Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços interessadas em realizar procedimentos, deverão credenciar-se junto ao CISALP, para celebrar o CONTRATO, englobam os prestadores públicos, filantrópicos e privados com e sem fins lucrativos, de forma complementar, de acordo com a necessidade do contratante nos ditames deste Projeto Básico/Termo de Referência.





Da escolha do Prestador

10.11. Ocorrerá conforme a análise de cada município, o qual é responsável pelos agendamentos. O mesmo seguirá critérios de logística, disponibilidade de agenda e demais critérios que proporcionarão eficiência na oferta dos serviços.

11. REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. O regime de execução do contrato será por item, por quantidade de serviço executada.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 480.743,20 (Quatrocentos e oitenta mil, setecentos e quarenta e três reais e vinte centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1 que trata da definição do objeto nesse termo de referência.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CISALP deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

Exercício de 2024:

5.1.3.10.302.9003.2.903.3.3.90.39.00.00 Ficha 55

5.1.4.10.302.9004.2.910.3.3.90.39.00.00 Ficha 81

5.1.5.10.302.9005.2.911.3.3.90.39.00.00 Ficha 103

14. DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO

14.1 O presente Termo de Referência não terá caráter sigiloso e poderá ser divulgado em sua íntegra em qualquer fase da licitação nos termos da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

15. DA PADRONIZAÇÃO E DO PARCELAMENTO

15.1. A equipe de planejamento decidiu parcelar a solução, optando por aplicação de itens, eis que mostra tecnicamente e economicamente viável a divisão da solução a ser contratada, abrindo vistas a vários prestadores aptos a buscarem o item aplicável a sua área de atuação, conforme sua formação técnica e profissional.



15.2. Desse modo, a solução parcelada para o CISALP tem a aplicabilidade mais eficiente, sendo que a contratação depende das demandas dos Entes Consorciados, podendo ser flutuante de mês para mês, além de ampliar o mercado para o objeto a ser licitado, tendo como finalidade buscar economia de escala e maior número de prestadores capacitados, além da viabilidade de reduzir custo médio do escopo da diluição dos custos fixos.

16. FINALIDADE

16.1. A finalidade da presente licitação é garantir a observância do princípio constitucional da isonomia através do credenciamento de todas as empresas aptas e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

16.2. Além do objetivo primordial, este certame busca ampliar a eficiência nas contratações públicas. Visa promover a troca de experiências, buscando constantemente a melhor relação entre custos e benefícios para o setor público. Busca-se incentivar e fortalecer a saúde no âmbito da prestação de serviços médicos, fomentando práticas e soluções que contribuam para a melhoria contínua da qualidade assistencial. O processo licitatório tem como propósito padronizar o objeto da contratação em relação a todas as observâncias necessárias ao bom andamento e eficiência na prestação de serviços, para que o mesmo ofereça vantagens para a administração pública considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. O processo licitatório seguirá padrões de ampla publicidade, divulgando todas as fases e procedimentos, bem como os contratos resultantes, em sítio eletrônico. Este compromisso visa garantir a transparência e o acesso à informação.

16.3. Conforme exigência legal, o CISALP realizou pesquisa de preços de mercado e estimativa de custos junto às empresas do ramo do objeto.

17. DA MOTIVAÇÃO PARA ESCOLHA DA MODALIDADE LICITATÓRIA

17.1. O Chamamento Público visto ser uma contratação paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, através de valores estão previamente fixados pelo contratante através

de orçamentos realizados e que, diante a demanda de serviços, são necessárias várias empresas com disponibilidade para oferecer o serviço em seus próprios estabelecimentos

18. BENEFÍCIOS DA CONTRATAÇÃO

- 18.1. Alcançar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde.
- 18.2. Garantir o acesso, pelo paciente, a procedimentos especializados de saúde ainda não fornecidos diretamente pelos municípios.
- 18.3. Oferecer prestadores em quantidades suficientes a atender os vazios assistenciais dos municípios.
- 18.4. Oferecer serviços em grande escala, visando o princípio da economicidade.
- 18.5. Oferecer serviços de forma eficaz e responsável.
- 18.6. Otimizar as atividades e ações desenvolvidas pelos municípios.
- 18.7. Ampliar as ações de prevenção de agravos.
- 18.8. Fornecer serviços de saúde especializados atendendo a demanda ambulatorial e hospitalar de especialidades multiprofissionais com qualidade, em tempo oportuno.

19. JUSTIFICATIVA

19.1 O presente processo de contratação tem como base nos princípios administrativos da publicidade, moralidade, impessoalidade e eficiência, bem como em critérios técnicos, para a contratação de serviços destinados às atividades de serviços de saúde, em atendimento a demanda do CISALP, Entes Consorciados e Clínicas e hospitais conveniados/geridos pelo CISALP. A necessidade constante enfrentada pelos órgãos públicos de saúde, no sentido de suprir a demanda em média e alta complexidade, tanto em procedimentos eletivos, quanto nas urgências e emergências, somente pelas vagas disponibilizadas pelas esferas estaduais e federais, traz aos Consórcios de Saúde a função de, como órgão integrante da administração indireta dos municípios, ser um auxiliador em atender as demandas desses municípios enquanto entes consorciados; Enquanto atendente dos vazios assistenciais dos entes consorciados, traz a necessidade da referida contratação, o que visa, além de garantir a oferta de serviços em larga escala, conforme necessidade e disponibilidade financeira dos municípios, também garante a oferta de serviços essenciais à população, conforme critérios de agendamento estabelecidos por cada ente;

Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, em especial o seu artigo 196, que dispõe que a Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas, que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação; Considerando a Lei nº 8080 de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; Considerando a Lei nº 141 de 13 de janeiro de 2012 que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; Por todo o exposto, a contratação na modalidade Chamamento Público se faz viável ante a inviabilidade de competição, visto que os valores estão previamente fixados pelo Contratante através de orçamentos realizados e que, diante a demanda de serviços, são necessárias várias empresas com disponibilidade para oferecer o serviço em seus próprios estabelecimentos, como também, para prestarem serviços na sede do CISALP, clínicas médicas especializadas geridas pelo consórcio e na sede dos entes consorciados.

Visto que, o CISALP e entes consorciados tem papel relevante no desenvolvimento de ações e prestação de serviços que promovam, além da promoção, prevenção e proteção da saúde, também no tratamento, recuperação e reabilitação do paciente SUS.

Assim, justifica-se necessária a referida contratação, uma vez que, serviços em saúde, são indubitavelmente um dos pilares essenciais da administração pública.

Lagoa Formosa, 28 de março de 2024.

LUDMILA MAGALHÃES DE LIMA
Diretora Comercial do CISALP
Setor Requisitante



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

ANEXO X

Formulário de Requerimento de Prestação de Serviços

Venho, por meio deste, encaminhar a empresa _____
solicitação de prestação do serviço

na Unidade de Saúde _____, situada no endereço _____
na cidade de _____, conforme
critérios estabelecidos no Edital do Processo Licitatório nº 018 de 2024, Chamamento Público
nº 007 de 2024.





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

Assinatura e Carimbo do Responsável pela Instituição.





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

ANEXO XI (NÃO PRECISA SER PREENCHIDA PELO LICITANTE)

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2024

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2024

Termo de Contrato que celebram o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Alto Paranaíba - CISALP e o(a) (***).**

Pelo presente Termo de Credenciamento o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRO REGIÃO DO ALTO PARANAÍBA - CISALP**, pessoa jurídica de direito público interno, do tipo associação pública, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 02.319.394/0001-70, com sede à Rua Osvaldo Avelar, nº 182, bairro Novo Horizonte, na cidade de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais, doravante denominado **CONTRATANTE**, credencia (*****) inscrito no CNPJ sob o nº (*****), doravante denominado **CONTRATADO**, representada pelo sócio administrativo (*****), para prestar (*****) na área de Consórcio, mediante sujeição mútua às cláusulas que se anunciam e ao processo de inexigibilidade de licitação nº **007/2024**, ratificado no dia (*****).

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1. Chamamento Público, objetivando contratação de pessoa jurídica especializadas na realização de cursos e capacitações para profissionais de estabelecimentos de saúde, em atendimento a demanda do CISALP, entes consorciados e clínicas médicas especializadas geridas pelo consórcio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O Contratado obriga-se a prestar os serviços, objeto deste edital de credenciamento, a saber: **Prestação de serviço pelo valor de R\$ (*****), nele incluído impostos, taxas, contribuições e demais tributos que envolvem o serviço.**





CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RETENÇÕES FISCAIS

3.1. DO IMPOSTO DE RENDA: Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução nº 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

3.2. DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL: Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.

3.3. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO) - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

3.4. A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

Recebimento

4.1. Os serviços serão prestados e após, será emitido um instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.2. Constatadas irregularidades na prestação dos serviços, o contratante poderá: a) se disser respeito à execução do serviço, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando que o mesmo seja executado novamente, sem custo adicional; bem como poderá proceder com a rescisão da





contratação, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. Qualquer intercorrência durante a execução do serviço, o contratado deverá imediatamente comunicar o contratante e tomar todas as providências necessárias a manter o estabelecimento em funcionamento, sem prejuízo ao funcionamento do estabelecimento de saúde.

4.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.8. O recebimento do serviço não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

4.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

g) o prazo de validade;

h) a data da emissão;





- i) os dados do contrato (CNPJ e nome do fornecedor com atenção para os casos de matriz e filial) e do órgão contratante;
- j) o período respectivo de execução do contrato;
- k) o valor a pagar; e
- l) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

4.10.1 O prazo para a correção de que trata o item 8.10 por parte do fornecedor/prestador de serviço será de 2 (dois) dias úteis.

4.10.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o fornecedor/prestador de serviço será informado pelo setor competente através de e-mail previamente informado pelo fornecedor/prestador de serviço.

4.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente sempre que possível deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF que abrangerá o nível NÍVEL III (Regularidade fiscal e trabalhista federal) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.12. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- c) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- d) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

4.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.





4.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

4.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

4.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária. Forma de pagamento.

4.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente jurídica indicados pelo contratado.

4.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

4.23. Para a presente aquisição/prestação de serviço nos pagamentos NÃO observarão condições semelhantes às do setor privado por não ser conveniente ao CISALP essa forma de pagamento.





CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas provenientes do objeto desta licitação correrão por conta da dotação orçamentária do CISALP, por intermédio dos recursos consignados no Orçamento Anual do CISALP, para o ano 2024 e correlatas para o ano de 2024:

5.1.3.10.302.9003.2.903.3.3.90.39.00.00 Ficha 55

5.1.4.10.302.9004.2.910.3.3.90.39.00.00 Ficha 81

5.1.5.10.302.9005.2.911.3.3.90.39.00.00 Ficha 103

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Acompanhar e fiscalizar o contrato por 1 (um) ou mais fiscais, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

6.2. Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato.

6.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelo contratado.

6.4. Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato.

6.5. Efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, dentro dos prazos previstos no contrato, no edital de credenciamento e na legislação.

6.6. Realizar a conferência e monitoramento dos códigos dos procedimentos realizados.

6.7. Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na execução dos serviços contratados.

6.1.8. Aplicar as sanções e penalidades previstas neste Termo de Referência e na Lei 14.133/2021.

6.9. Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do CISALP, no prazo estabelecido na lei.

6.10. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso Público ao Relatório de Gestão Fiscal.

6.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos





credenciados com relação ao objeto desta licitação.

6.12. Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o objeto da licitação, sendo o gestor deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1. Executar os termos do instrumento contratual em conformidade com as especificações básicas constantes do edital.

7.2. Ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação, equipamentos e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento. Referente aos materiais necessários à prestação dos serviços, considerar as exigências contidas na cláusula 4.0 do ETP.

a) para fins de faturamento, serão considerados todos os critérios e valores estabelecidos em Contrato Administrativo.

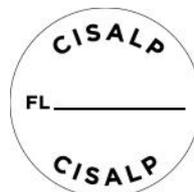
b) para fins de pagamento, a empresa prestadora de serviços deverá, OBRIGATORIAMENTE, anterior a prestação dos serviços, apresentar relatório detalhado dos materiais que serão utilizados.

c) após executado o serviço, o contratado deverá apresentar a nota fiscal de prestação de serviços junto ao relatório de serviços detalhados.

d) o prestador não poderá utilizar materiais que não foram previstos em contrato, ficando sujeito a aplicação de penalidades cabíveis, além do não recebimento do serviço prestado.

7.3. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

7.4. Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional, quando couber.





7.5. Justificar ao órgão ou entidade contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização do serviço, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual termo aditivo para alteração do prazo de execução.

7.6. Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe proibida a subcontratação do objeto sem previsão editalícia e autorização expressa do órgão ou entidade contratante.

7.7. Manter disciplina nos locais dos serviços, quando for o caso, retirando imediatamente após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo órgão ou entidade contratante.

7.8. Cumprir ou elaborar em conjunto com o órgão ou entidade contratante o planejamento e a programação do trabalho a ser realizado, bem como a definição do cronograma de execução das tarefas.

7.9. Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades do órgão ou entidade contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços, quando for o caso.

7.10. Apresentar, quando solicitado pelo órgão ou entidade contratante, relação completa dos profissionais, indicando os cargos, funções e respectivos nomes completos, bem como o demonstrativo do tempo alocado e cronograma respectivo, quando couber.

7.11. Apresentar à Contratada, sempre que solicitado, a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

7.12. Manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado.

7.13. Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato.

7.14. Assegurar o funcionamento em perfeitas condições para a realização dos serviços ora propostos com a proposta de solução visando a NÃO interrupção dos serviços.

7.15. Garantir as condições técnicas e operacionais para a manutenção das licenças e alvarás nas repartições competentes, necessárias à execução dos serviços, objeto do presente instrumento.





7.16. Providenciar imediata correção das não conformidades apontadas pelo contratante, quanto à execução e a qualidade da assistência.

7.17. Seguir normas Sanitárias, Federal, Estadual e do contratante.

7.18. Deverá ser informado ao CISALP sobre as não conformidades detectadas nos municípios consorciados, que poderão comprometer a efetiva prestação dos serviços.

7.19. No tocante à prestação dos serviços serão cumpridas as seguintes normas:

a) responsabilizar por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vierem causar ao SUS e/ou usuário.

b) permitir acesso de funcionários, eventual ou permanentemente designados pelo CISALP, para supervisionar, acompanhar e auditar a execução dos serviços prestados.

c) a fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelos órgãos competentes do CISALP, não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador nos termos das legislações referentes às licitações e contratos administrativos.

d) a responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por imperfeições relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

e) cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas por força deste Termo de Referência/ Projeto Básico.

f) sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização, da auditoria e da normatividade suplementar exercidos pelo CISALP sobre a execução do objeto do Contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa nos termos da Lei Federal nº. 8.080/90, do Decreto Federal nº. 1.651/95.

g) a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7.20. Os serviços deverão ser realizados, conforme necessidade e demanda do Contratante.

7.21. O serviço proposto também abrange os municípios que se consorciarem durante vigência do Contrato Administrativo e estabelecimentos geridos pelo CISALP.

7.22. O serviço proposto abrange os municípios que compõem o CISALP, sendo:





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

Municípios que compõem o CISALP

Arapuá, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Cabeceira Grande, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Conceição das Alagoas, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Dom Bosco, Frutal, Guarda Mor, Guimarães, Ibiá, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Paracatu, Patos de Minas, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Pratinha, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Serra do Salitre, Tiros, Varjão de Minas e Vazante.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CONSORCIADO

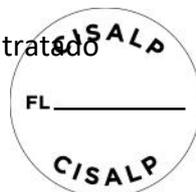
- 8.1. Nomear um colaborador responsável para acompanhar e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato.
- 8.2. Comunicar a contratada qualquer ato complementar e que impossibilite a realização do serviço.
- 8.3. Encaminhar o ofício de solicitação de pagamento, juntamente com a comprovação do serviço executado, seguindo o relatório contido no anexo XI do edital, realizando os repasses financeiros ao CISALP, conforme datas e critérios estabelecidos.

CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 9.1. Será firmado o Termo de Contrato com validade de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos das alíneas “f” e “g” do inciso IV e nos incisos V, VI, XII e XVI do caput do art. 75 da Lei 14.1333/21 até o limite de 120 (cento e vinte) meses tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO CONTRATUAL

- 10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido a critério do contratante, sem que ao contratado caiba qualquer indenização, ou, reclamação.
- 10.2. A inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas da Lei Federal 14.133/21.
- 10.3. O Termo de Credenciamento poderá ser rescindido se, por algum motivo, o contratado deixar de possuir as condições de habilitação exigidas no Edital de Credenciamento.





10.4. A rescisão deste Termo de Credenciamento poderá ocorrer nas formas previstas no Artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.

10.5. Poderá ser solicitada rescisão de Termo de Contrato por parte do CONTRATADO, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, condicionada à análise do contratante quanto a possibilidade da rescisão antes do término de vigência do presente Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES E SANÇÕES

11.1. O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação de serviço, por parte do CONTRATADO, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Termo de Contrato, para cada notificação formalizada a este, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei.

11.1.2 A aplicação da multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente três vezes, sendo que a notificação seguinte ensejará a rescisão contratual e aplicação das demais sanções previstas.

11.1.3. O CONTRATADO ficará sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, nos casos não previstos no Edital.

11.2.1. Verificada uma das hipóteses previstas nos subitens anteriores, o CISALP poderá optar pela convocação dos demais contratados, se houver.

11.2.2. Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado o CISALP poderá, garantida a prévia defesa do contratado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste Termo de Contrato juntamente com as seguintes sanções.

a) Advertência.

b) Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.





11.2.3. As sanções previstas na alínea “C”, do subitem 11.2.2, são de competência exclusiva do Presidente do CISALP, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias a contar da abertura das vistas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo 7 aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado,





com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONDIÇÕES GERAIS

13.1. Fazem parte deste instrumento o disposto no Edital de Contrato e seus anexos, tendo plena validade entre as partes contratantes.

13.2. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Termo de Contrato, não exime o infrator de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

13.3. O CONTRATADO se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto nas Cláusulas Décima e Décima Primeira.

13.4. O presente Termo de Contrato é regido pela Lei Federal 14.133/21 e alterações.

13.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Patos de Minas - MG, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Termo de Contrato.

E, por assim estarem de acordo e ajustados, firmam este instrumento em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas para a produção dos desejados efeitos jurídicos.

Lagoa Formosa - MG, ____ de _____ de 2024.





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO PARANAÍBA

CISALP

CONTRATADO

CONTRATANTE

ASSESSORA JURÍDICA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CPF:

CPF:

Cargo:

Cargo:

